

Presidente da Mesa: Boa noite. Vamos dar início à nossa reunião da Assembleia de Freguesia. Temos quórum, podemos iniciar.

Temos o primeiro ponto, de intervenção do público. Eu pergunto se há alguém que se pretenda inscrever.

Para ficarem registadas na ata as substituições, Júlio Miranda Calha é substituído por Pedro Rodrigues; António Óscar Rodrigues é substituído por Fernanda Maria Paredes; Manuel Fonseca Costa é substituído por Alfredo Caetano; e Isabel Lourenço é substituída por João Serrenho de Sousa. São as quatro substituições que temos para esta reunião.

Dava a palavra ao público. Isabel Lopes da Silva.

Isabel Lopes da Silva (Elemento do público): Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, Sr. Presidente da Junta de Freguesia, demais Executivo, e todos os eleitos aqui presentes, boa noite.

Eu queria congratular-vos – já o fiz por *e-mail* há uns meses atrás – pela realização de uma solicitação minha, como freguesa (insistentemente, ao longo de um ano e tal, dois anos), do desenho atrás do Pingo Doce do Restelo para estacionamento de automóveis, na Rua António de Abreu. De facto, foi um benefício enorme, mudou tudo, agora as coisas estão normais e bem. Parabéns. Mandeí um *e-mail* ao Sr. Presidente da Junta, em meu nome, como freguesa, e em nome do meu Partido, a agradecer.

Hoje volto ao trânsito, ao seguinte, e insisto: naquele encontro entre a Rua de Pedrouços e a Avenida Torre de Belém, continua a haver quase diariamente desastres, choques. É demais, já não dá. E depois param os elétricos, depois param os autocarros, depois buzina, e então o importante é compor os semáforos. É essa a minha questão para todos. É muito premente que os semáforos sejam colocados. Eu sei que deve ser a CML que trata desse assunto, mas os senhores, e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia terá o seu papel de insistir e demonstrar a premência dessa solicitação, que é dos fregueses da Junta de Belém.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Dou a palavra a Maria das Dores Ribeiro, se faz favor.

Maria das Dores Ribeiro (Elemento do público): Boa noite, Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Junta, Srs. Vereadores. A todos, muito boa noite.

Venho aqui falar da questão da poda das árvores da Rua Gonçalves Zarco, que ainda não foi feita. Na primavera passada, andámos todos a fungar do nariz, com alergias. Portanto, é urgente fazer uma poda a sério na Rua Gonçalves Zarco.

Também venho falar da questão de um canteiro que está junto ao prédio n.º 12, que são as instalações sanitárias para cães, e que provoca infiltrações no prédio. Portanto, o ideal seria fazerem o calcetamento daquele canteiro.

Também venho falar no trânsito da Avenida Ilha da Madeira. Ainda não foram feitos separadores, o trânsito continua a circular com velocidades além do permitido, que são quarenta. Basta lá estar uns momentos estacionado e ver no placar a velocidade a que os carros passam, é extremamente difícil atravessar. Isto é um bairro de gente idosa, e temos quatro faixas de rodagem para atravessar. Eu continuo a chamar à atenção que é urgente tomar medidas para reduzir a velocidade na Avenida Ilha da Madeira.

Muito obrigada, e boa noite.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Álvaro Santos.

Álvaro Santos (Elemento do público): Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Membros da Assembleia, Srs. Membros do Executivo:

Mais uma vez, eu venho aqui em ato de colaboração, o que não invalida que não faça a minha crítica. E por que é que eu faço esta observação? Continua-se a ver no Boletim da Junta informações relativas ao que já foi. Lemos as informações, e só se sabe que se fez isto. Tenho exemplo da apresentação de um livro, lá em cima, na Capela do Restelo – e em atalho de foice vou dizer que deviam deitar aquela árvore abaixo, que está em frente, que aquilo é um património e não se vê cá de baixo, da Avenida do Restelo, lá para cima, aquele edifício; está lá uma árvore que está completamente a tapar. Por outro lado, parece que ouvi numa Assembleia que houve que estava previsto ser colocada uma estátua na praça do Jardim Ducla Soares, e agora já nem a placa toponímica está lá. Já devem ter roubado, como roubaram aqui em Belém, quando foi posta pelo Presidente da República, numa árvore que estava lá. Portanto, estas três coisas, que eu noto que estão mal.

Por outro lado, eu fui informado – as pessoas falam-me na rua, não vêm aqui apresentar os problemas: estes passeios do Praia Campo, com os seniores, está muito bem executado, para os velhotes. Agora, têm que identificar quem é que fornece a alimentação para estes seniores. Isto é uma vergonha. Eu fui informado – eu não sei qual é a firma que toma o compromisso de fornecer a alimentação – fui informado que houve velhotes que lhes deram uma carcaça de pão com uma folha de alface e um bocadinho de galinha, um bocadinho assim deste tamanho. Não é mentira, porque a esposa levou aquilo para mostrar: “Olha lá o que é a alimentação dos seniores, no passeio sénior.” Portanto, eu penso que isto devia ser visto. Se calhar, não há informação nenhuma, e sou eu a primeira pessoa que está a dizer isto.

Outra coisa que eu tinha aqui a apresentar, que era a colocação dos avisos. Eu falei ao Sr. Presidente que estava ali em Belém, junto ao café, e foram lá tirar aquele placar que havia lá, de “zona comercial”, a apontar para a Rua dos Jerónimos. E o Sr. Presidente sabe muito bem, que eu apresentei-lhe isso numa

reunião, em que estava só eu e o senhor, não estava mais ninguém. E então, o senhor não sabia que aquilo tinha existido, e disse-me que ia tratar. Já tratou de alguma coisa? Tem informação? Senão, ia-lhe dizer que não foram cortar na Avenida do Restelo, nem na Rua de Pedrouços. Aí, não cortaram.

Por outro lado, queria apresentar – vezes consecutivas, e eu então que sou um assíduo na Reunião da Junta – consecutivamente coisas que já foram, e uma delas foi este evento que houve ali da Casa de Trás-os-Montes. A Casa de Trás-os-Montes fez ali um evento em Belém, não fez? Não fez? O placar na Junta diz assim: Dia 19, a visita, não sei quê, Nossa Senhora da Procissão, tal e tal. Aquilo foi no dia 19, e no dia 21 é que lá estava o placar a informar que aquilo aconteceu. Outra coisa que aconteceu, foi um outro evento da DECO; acho que a DECO prontificou-se – como eu assisti a uma – a vir aqui apresentar, não sei se era bem poupanças da alimentação, se o que era, qualquer coisa assim, e aquilo foi posto às duas e meia da tarde, lá no placar, para virem aqui às três horas. Claro, isto não há ninguém. Eu já disse algumas vezes às pessoas: sou só eu que vejo estas coisas? Não percebo. Mas, isto é uma função, que é uma função da Direção, não é da DECO.

O candeeiro: se houver ali um acidente, o responsável daquele acidente é a Junta de Freguesia, porque um candeeiro que está apagado, que ilumina... é o único candeeiro que está ali a proteger a iluminação do parque infantil; há um mês, e de oito em oito dias vou lá dizer – não sei se os senhores têm informação, se os serviços administrativos informam, ou não, mas vou lá informar que os candeeiros que estão ali na Praça Vasco da Gama estão apagados, falta a iluminação. Se há uma criança que cai ali – agora neste período do verão andava ali muita gente; vai uma criança que parte um braço, ou que parte uma perna, não sei quem é que se responsabiliza. Durante um mês, mais de vinte vezes que eu fui lá informar isto. Isto são coisas do Executivo, acho eu. Acho eu, não sei.

Os Cabazes Solidários: por acaso, hoje chamou-me à atenção – e eu já estou como os políticos, ainda bem que falei nisso, e ainda bem que falo nisso, porque ontem estive a tratar desse assunto. Vi no Boletim, que fez hoje oito dias que saiu, e vi lá os Cabazes Solidários; sim senhor, é uma ação que tem valor, a Junta procurar dar aos mais necessitados os Cabazes Solidários, muito bem. Mas, será que alguém viu o que é que fornecem aos velhotes que precisam dessa benesse? Se calhar, dão o que não lhes serve para nada. Sabe por que é que eu estou a falar disto? Porque a pessoas de oitenta e cinco anos – e esta de que eu vou falar com oitenta e sete, estava lá nesse cabaz, assim naquilo tudo, alguns sete “Knorr’s”. Era aquilo que davam aos velhotes. É verdade, está lá, no panfleto de há dois anos, está lá, que era para fazer um caldo Knorr em casa. Oitenta e sete anos. Não sei se é a Junta que paga; se paga, olhe, é dinheiro mal empregue, porque ninguém que eu conheço foi lá buscar nada. “Álvaro, então vou lá buscar cinco litros de lixívia, e mais não sei quê?” Para uma pessoa com oitenta e sete anos, andam a dar caldos Knorr e feijão enlatado? Eu, por acaso, estou a falar nisto porque ele veio queixar-se a mim, e eu arranjei-lhe onde é mais barato, num restaurante em Belém. Por isso, eu estou agradecido a esse restaurante.

Pronto, penso que não digo mais nada, e já chega. Boa noite, muito obrigado, e bom trabalho.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Sr. Carlos Reis, se faz favor.

Carlos Reis (Elemento do público): Boa noite. Eu não estou habituado a estas coisas. Sr. Álvaro Santos, obrigado pelo que disse.

A propósito da informação transmitida, e é por isso que estou a agradecer, é verdade. Em contrapartida, só estou munido de duas revistas da Junta, ??? novembro e dezembro, outro de setembro e outubro, em que o Sr. Presidente ???. Nesta, tem nove fotos, e nesta, por acaso, só tem duas. Mas, por exemplo, na do último mês, são dezassete ou dezoito. Era uma coisa incrível. Também não percebo por que é que uma Junta destas, em que há pessoas como eu, que recebem duzentos e tal euros de reforma, e esta Junta precisa de gastar dinheiro nisto.

O sinal luminoso que alguém referiu, acho que é só mais um impacto naquela rua, que agora já só se pode circular a quarenta, pôr lá mais um sinal luminoso, qualquer dias para chegar a Belém é meia hora. Na Avenida Ilha da Madeira, concordo, sim senhor; só acho que aquela coisa, a partir aí das nove e meia da noite, devia ter já alguma velocidade aumentada.

O Cabaz de Natal, era isso que eu queria saber aqui. Como sou beneficiário de reforma, tenho aqui um papel que diz “Instituto de Segurança Social: Carlos Alberto Gonçalves Reis, duzentos e onze euros e dezasseis (211,16€).” E então, segundo dizem, era preciso uma fotocópia – uma fotocópia de um lado e do outro – e entretanto, o meu cartão de identidade desapareceu. Perante a Lei, parece que a carta de condução substitui. Afinal, parece que a Junta de Freguesia descobriu que não. A senhora que me atendeu, já no ano passado me arranhou um “trinta e um”, acabei por não receber nada, no ano anterior também não recebi nada, porque me lembrei de dizer à Sra. Doutora: “Se eu não posso fumar aqui, por que é que a senhora pode?” Ou seja, passei de “filho da mãe” para “filho da outra senhora”. Agora, gostava, realmente, perante os senhores, de saber se este documento é válido, ou não é, para eu voltar lá a pedir. A quem é que entrego isto? Estão aí os originais. Agora, o que diz a Junta é que a carta de condução não serve como documento de identificação. Não serve? Então, é o passaporte?

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito bem. Muito obrigado.

Eu vou dar a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia, para responder às várias questões colocadas pelo público.

Presidente do Executivo: Muito boa noite. Boa noite, Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, boa noite ao público presente, funcionários.

Ora, estamos hoje aqui na Assembleia Ordinária de 27 de setembro. E vou responder aqui a umas perguntas que foram feitas pela D. Isabel Lopes da Silva, que agradeceu, felicitou-nos pelo ordenamento que se fez a um parque de estacionamento na Rua António de Abreu, que ficou muito mais ordenado. E também, mais uma vez, e ainda bem, veio falar da questão do cruzamento da Avenida da Torre. Portanto, posso-lhe dizer que ainda hoje vai haver aqui uma moção, que algumas forças políticas vão apresentar essa moção, para pressionar a Câmara a acelerar os trabalhos de uma coisa que já está acordada com a própria Câmara e com o próprio Presidente, no local, mas não vai implicar sinalização, semaforização; vai ter outro tipo de tratamento, mas não semaforização. Mas, de facto, vai ter ali um sistema, que já está delineado o projeto, que a Câmara já o tem, só que a Câmara quer fazer, ela mesma, esse projeto, não quis delegar na Junta, mas está a demorar demais, e daí esta moção hoje, para lhe dar mais força, para que realmente não se esqueçam que Belém também é Lisboa.

E de maneira que o que está previsto na Avenida da Torre – são questões mais técnicas, mas posso dizer, em linhas gerais, que vamos fazer uma ilha, uma passadeira sobrelevada, e depois também ordenar o estacionamento de uma forma diferente, e o próprio piso é diferente, antiderrapante, e a pessoa que anda ali vai tomar consciência, obviamente ??? essa Rua Bartolomeu Dias, e na Rua de Pedrouços, de um lado e do outro, tem prioridade. Mas, de facto, todos os dias existem ali acidentes incríveis, e só mesmo quem não vive ali é que não pode preocupar-se com aquilo, ??? saber por quê. Daí a maior urgência, e a raiva é tanta diariamente, e depois vemos aqueles acidentes, não sei mais se sou teimoso ou se sou persistente. Portanto, eu sei que isto ainda vai este ano, vai ter que ir este ano ainda essa obra, mas, de facto, está com a Câmara, foi daquelas que não nos quiseram entregar, e portanto, temos que estar em cima da Câmara, porque senão vão aparecer outras situações e não resolvem esta. É o local mais perigoso, talvez, das freguesias. Já temos aqui um projeto – só para fazer uma apresentação rápida – um projeto que está previsto para a Avenida da Torre, ficam já com uma ideia mais realista. O João Carvalhosa, se quiser, pode explicar um pouco esse projeto.

João Carvalhosa (Vogal): Muito rápido, isto é um projeto que não é nosso, é da Câmara. Isto aqui é a Avenida da Torre, aqui é o Pingo Doce; a única diferença para o que será no final é que estes estacionamentos aqui estão longitudinalmente e serão em espinha, que é como se estaciona hoje em dia. Aqui será um parque de motas, estes passeios serão rebaixados com guias de encaminhamento em todos eles, será criada esta passadeira na parte final, e serão criadas estas duas ilhas, acima e abaixo do cruzamento. Não sei se conseguem ver aqui, estes pontinhos querem dizer que estas quatro passadeiras – estas duas, mais estas duas – serão passadeiras sobrelevadas. O projeto basicamente é este. Aqui não é o separador, mas é uma linha, que julgo que é só pintada. É isto.

Presidente do Executivo: Obrigado.

Quanto à Sra. D. Maria das Dores Ribeiro, falou na Rua Gonçalves Zarco, a pedir a poda de árvores, há muito tempo que fizemos já algumas – aliás, também como algumas a mais, por engano, ali numa esquina, e foi demais. Mas, de facto, não digo que não temos alguns pedidos de algumas pessoas para cortarmos as árvores, algumas até querem um corte total. Obviamente que não podemos fazer isso, uma árvore é um bem precioso. Percebemos que às vezes pode ser triste uma pessoa ter uma casa ali com uma bela vista e não poder disfrutar dessa bela vista, porque tem uma árvore ali à frente, mesmo no meio dos andares. Temos de ser razoáveis, tem de haver aqui algum bom senso no meio disto tudo. Estamos a tentar conciliar todos esses interesses, vamos fazendo as podas possíveis – já fizemos algumas, iremos fazer outras. Iremos fazer outras. Não vamos cortar as árvores, não vamos deitar as árvores todas abaixo, porque são um bem precioso, precisamos das árvores – aliás, para o ambiente as árvores são um bem precioso – mas vamos tentar conciliar isso. Já fizemos, e vamos continuar a fazer. Admito que algumas estejam um bocado altas; em breve, quando forem feitas as podas, vamos tentar outra vez, em conjunto com a população...

Maria das Dores Ribeiro (Elemento do público): Sr. Presidente, desculpe só dizer uma coisa: é a questão das alergias. As árvores são um bem precioso, mas aquelas árvores criam alergias.

Presidente do Executivo: Pois, temos vários casos desses em toda a cidade, temos isso em devida atenção, mas há limites de bom senso para tudo. Nós temos tido isso em devida conta.

Depois, na Avenida Ilha da Madeira, é o trânsito, que já vemos, neste momento, os projetos. Hoje mesmo, se for aprovado um conjunto de delegações de competências da Câmara na Junta de Freguesia, uma delas é precisamente nesse setor, na parte da mobilidade, vai haver uma série de intervenções por toda a freguesia, na parte da mobilidade – vão ver – e nomeadamente na Ilha da Madeira, para finalmente se fazer daquilo o que há vários meses, ou mesmo anos, se anda aqui a falar. Já temos os projetos feitos.

Sr. Álvaro Santos, Boletim: pronto, está sempre a referir, de facto, que tem informações fundamentalmente de situações já passadas, e não futuras. Tem dos dois, tem passadas e tem futuras. Se calhar tem mais passadas, pronto, mas isso é uma questão que, enfim, acho que é importante, as pessoas também terem conhecimento do que se faz. As pessoas gostam de saber. Agora, quando podemos mostrar o que se está a fazer, e chamar à atenção para isso, também temos posto isso no Boletim, temos vários casos de coisas que se vão realizar. Agora, se fazemos mais quando já se passaram, talvez. Mais vale tarde do que nunca. Mas, está bem, vamos ter em atenção, tentar falar de mais coisas para a frente. Mas, o Boletim, posso-lhe dizer que as pessoas têm gostado; as pessoas, de uma forma geral, têm gostado do Boletim, que fala um pouco de alguma atividade que a Junta tem tido.

No Jardim Ducla Soares, foi retirada daquele local, para o lado, e vai ser colocada depois em local adequado, a placa do Jardim Ducla Soares. Se reparou, a de lá de cima, ???; a de cá de baixo, foi retirada do local para se pôr noutra sítio, ali

bem visível, porque vai ser, em breve – talvez já não neste mês, não vai ser este mês de certeza, mas vai ser no mês de outubro, talvez na primeira quinzena – colocada uma estátua de D. Nuno Álvares Pereira ali em cima, do escultor Augusto Cid. E de maneira que foi no âmbito do Orçamento Participativo que essa estátua foi custeada, vai ficar muito bonita – em Lisboa, posso dizer que só existe uma ??? – de maneira que vai ficar ali uma estátua muito bonita do D. Nuno Álvares Pereira, de joelhos, com a espada e a cruz virada para a Torre de Belém, para a Capelinha, mas vai ser depois iluminada também. Portanto, é uma estátua bastante volumosa, pesada, está tudo a caminhar muito bem, e vamos ficar enriquecidos com essa estátua naquele sítio.

Praia Campo Sênior, registamos que tem estado contente, que tem estado a correr bem. Vamos ver o que é que se passa com a alimentação. Se é que houve problemas, o João Carvalhosa vai tomar medidas para saber o que é que se está a passar no referente à alimentação. Não ajuda que ninguém tenha uma alimentação deficiente, nomeadamente pessoas de uma certa idade. Vamos ver o que é que se passa, ou o que é que se passou.

Zona comercial, as placas ??? aquilo pode-se evitar, ??? zelosos funcionários da Câmara, às vezes como não são eles que puseram as placas, chegam lá e serram aquilo tudo, as placas. Se eu souber, mando intervir; já uma vez intervim. Até já estacionamento de bicicletas retiraram porque não tinham sido eles a pôr, tinha sido a Junta. Obviamente que foram obrigados a entregar os estacionamentos de bicicletas. Estas placas de “zona comercial”, retiraram dali, mas deve ter sido confusão, que não tinham sido eles a colocar ??? placa “zona comercial”, o senhor viu-os a serrar ??? foi a Junta que gastou o dinheiro a colocar. Ainda não se lembraram de cortar uma outra que está lá em cima da Avenida do Restelo, a indicar a zona comercial lá em baixo, e uma outra que está na Rua de Pedrouços, a indicar a zona comercial mais para cima. Mas, já reclamámos, em breve espero ter essas placas. Agora, para já, vamos tendo esse litígio com a parte específica da Câmara, isto é uma matéria específica deles, e portanto, ???. Não, eu vou-lhe explicar uma coisa: aquilo não é competência da Junta. A Junta tem competência para fazer a manutenção. Se há uma parte que está lá e desaparece, para pormos outra... está bem, mas esta estava lá, fomos nós que tínhamos colocado ???. Fomos nós que pusemos, a pedido dos comerciantes, que era muito importante para indicar onde era a zona comercial, de um lado e do outro. ??? também não é muito importante, isso vai-se resolver. Agora, de qualquer forma, temos coisas mais importantes para resolver ainda. Agora, ???.

Dia 18, a Romaria Minhota. O senhor há bocado estava a falar, veio no Boletim a dizer que se ia realizar. Eu posso-lhe provar – hoje não, mas quando o senhor quiser – vá ver ao Boletim anterior, e diz que a Romaria Minhota ia-se realizar; no Boletim anterior já dizia que seria no dia 18 de setembro. Agora, há de sair também uma notícia da Romaria que já foi feita. E até fizemos cartazes; os cartazes também fomos nós que fizemos, com a própria Casa do Minho em Lisboa. E depois nós colocámos nas vitrinas, e nas zonas comerciais. Portanto, a Romaria não foi no dia 19; foi no dia 18. Por isso é que eu acho estranho falar no dia 19. E correu muito bem, com uma missa campal, com uma procissão, com

várias danças, nomeadamente de Macau, danças folclóricas de Macau, estiveram cá. Foi muito completo, foi um programa que, quem não esteve lá, perdeu uma ótima tarde, graças a Deus, muito bonito.

Candeeiros sem luz, há vários, isso é rua sim, rua não. Já agora, na Rua ???, por exemplo. Mas em várias, é normal, quatro ou cinco lâmpadas fundidas, ou que não estão a funcionar neste momento. É uma loucura. Isso é competência específica da Câmara. Não é uma questão de sacudir a água do capote, mas, de facto, não é nossa competência. Andamos a insistir junto da Câmara, com certeza, sinalizamos o que está estragado e o que não funciona. E esta é outra, uma das várias coisas, e há casos muito piores do que este. Mas pronto, se é mais um, nós temos em devida atenção. Agora, está bem, fartam-se de bater em nós, que nós é que somos os culpados; desculpem lá, já temos as costas muito largas. Agora, dar cada vez mais pancada por conta de carências, e de omissões, e de trabalhos mal feitos, e mal qualificados da Câmara, já chega, não batam mais no ceguinho. Nós responsabilizamo-nos por aquilo que fazemos. Pelo resto, vamos tentando insistir junto de quem tem competência para realizar, nomeadamente à Câmara Municipal de Lisboa. Mas, começa também já a ser necessário fazer o trabalho de casa, ver quais é que são as matérias específicas da Câmara e quais é que são as matérias específicas da Junta. Eu estou sempre a falar nisto aqui em termos de Junta, com certeza, mas tenham em atenção que não temos uma varinha de condão, que chegamos lá e fazemos aquilo, porque nem temos competência para isso, nem podemos fazer isso porque não são nossas atribuições e competências. São competências próprias da Câmara.

Cabaz Solidário: já não existe Cabaz Solidário. Há bocado falaram do Cabaz Solidário; o Cabaz Solidário já não existe. Há dois anos, deixou de haver Cabaz Solidário, e chama-se Cartão Solidário, que foi uma coisa nova que nós fizemos, precisamente para que não acontecesse isso que há bocado estavam a falar. Estavam a falar que havia um senhor que recebia umas coisas de que ele não gostava, e tal. Este ano, isto agora já não pode acontecer, porque deixou de haver o Cabaz Solidário, que era realmente um sistema complicado, que íamos entregar cabazes, às vezes dez, doze cabazes para uma família ??? Olhe, se calhar está mal divulgado ainda; às vezes não basta fazer, tem que se informar que se faz, e se calhar temos que trabalhar melhor nessa parte da imagem, temos que começar a pensar nisso melhor. Aqui na Junta, temos que começar a trabalhar melhor nisso, de facto, porque já há dois anos que mudámos isso. Neste momento há um Cartão Solidário, que é um cartãozinho para as pessoas que tenham algumas dificuldades económicas, e que são devidamente comprovadas pelos nossos serviços, damos um cartãozinho e as pessoas, durante o ano inteiro, com esse cartão, vão ao supermercado e escolhem, dentro das listas dos produtos que lá existem, e que foram negociados, escolhem os produtos que querem levar para casa. Portanto, já não é dado, agora escolhe com o cartão. Têm o benefício de escolher, têm o benefício de não ter grande *stock* acumulado em casa, a ocupar espaço. Portanto, é uma coisa inédita. Ainda no outro dia vi uma freguesia aí de Lisboa a fazer uma grande festa, porque tinham uma Mercearia Social, que as pessoas iam lá buscar, e nós temos isso já há uns anos. E realmente, estamos com um problema, se calhar, e ainda temos que pensar melhor nisso, para melhorar essa passagem para os cidadãos, que pelos vistos a

freguesia ainda não conhece muito isso. Portanto, já não damos o Cabaz Solidário, mas na prática, temos um Cartão Solidário, e o sistema tem funcionado muito bem desta forma.

Presidente da Mesa: Vamos ouvir o Presidente da Junta de Freguesia a responder a todas as perguntas. Se ainda tiver mais questões, no final da reunião sugiro que fale diretamente com o Presidente da Junta de Freguesia. Agora, nós temos uma agenda longa, o Presidente da Junta de Freguesia está a dar uma resposta muito longa e muito exaustiva, seguramente não responde a tudo aquilo que queriam. Sugiro que no final possam colocar mais alguma questão, mas temos de acelerar a nossa ordem de trabalhos.

Presidente do Executivo: Sim, Sr. Presidente, de imediato.

Quanto à sinalização, também não fez grandes perguntas, sobre os quarenta quilómetros por hora na Avenida Vasco da Gama, que é muito difícil chegar a Lisboa, a Algés, e sim senhor, estaria de acordo com na Avenida Ilha da Madeira ser colocado. Pronto, não há perguntas.

Cabazes Solidários, os documentos necessários: essa informação, os serviços administrativos da Junta dar-lhe-ão na altura, e penso que já demos essa informação. Agora, vou-lhe dizer uma coisa: o bilhete de identidade é o bilhete de identidade, o passaporte é o passaporte, a carta de condução é a carta de condução, cada coisa com a sua finalidade.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito bem. Vamos passar ao Período de antes da ordem do dia. E eu gostava de dar uma informação, que não é um ponto que tenha sido colocado na agenda, nem que tenha sido formalmente colocado pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, mas apenas para informar a Assembleia que a Assembleia de Freguesia recebeu uma comunicação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português na Assembleia da República, a dar informação sobre um diploma do Partido Comunista que está na Assembleia da República para a reposição das freguesias. Penso que terei ocasião de pedir aos serviços, depois, que distribuam pelos vários Partidos políticos este diploma. Não é matéria que tivesse sido agendada para esta Assembleia de Freguesia, porque se tivesse sido o caso, o Grupo da CDU, ou do PCP, teria colocado isto como uma moção, ou por uma outra forma, mas não quero deixar de transmitir esta informação, por uma questão de transparência, e pedir aos serviços que depois distribuam junto dos vários Grupos políticos este projeto de Decreto-lei que está na Assembleia da República, que foi submetido pelo PCP.

Vamos passar, então, para o Período de antes da ordem do dia. Dou a palavra aos Grupos políticos que queiram apresentar moções, apresentar e discutir. Sei que a Junta de Freguesia também quer fazer uma apresentação sobre questões associadas à mobilidade, mas gostava de dar a palavra desde logo aos Grupos políticos que queiram apresentar moções ou alguma matéria. Foram distribuídas algumas moções. Quem é que se inscreve? Margarida Cabral.

Foram distribuídas quatro moções e uma declaração de voto, que depois será proferida no ponto respetivo da ordem de trabalhos. Dou a palavra à Margarida Cabral, do PSD, para apresentar alguma, ou algumas das moções.

Margarida Cabral (PSD): São, de facto, quatro moções, uma primeira que diz respeito a um tema que já falámos aqui em outras ocasiões, que tem a ver com a requalificação dos Jardins da Praça do Império, e a questão da reabilitação dos brasões florais que ali existiam. A Câmara tem, de facto, um projeto aprovado já, há uma proposta aprovada para reabilitar os jardins, que não contempla a requalificação dos brasões florais. E portanto, o que se pretende com esta moção, o que se vem solicitar à Câmara é que recue na intenção de destruir os brasões florais, e que não altere mais nada no Jardim da Praça do Império, e que reabilite os brasões florais. Portanto, isto é uma solicitação; não é competência da freguesia, mas é uma solicitação da freguesia à Câmara Municipal.

Uma outra moção, em que está em causa precisamente um dos temas aqui falado, a requalificação dos arruamentos, e ainda uma outra sobre a segurança rodoviária. Na primeira moção, mais uma vez está em causa a não reabilitação de alguns arruamentos da nossa freguesia – a Rua dos Cordoeiros a Pedrouços, a Rua de Pedrouços, a Rua Bartolomeu Dias e a Estrada de Caselas – em que a Câmara Municipal já tem mais que informação no sentido da necessidade e da prioridade que deve ser dada na reabilitação destas vias. E portanto, o que solicita mais uma vez esta moção é que a Assembleia de Freguesia pede à Câmara Municipal que dê urgência na requalificação destes arruamentos, e que estando ela já programada para 2015, e estando nós já em setembro de 2016, e ainda não tendo sido feita, que não se torne a adiar, e que se concretize desta vez essa requalificação.

No sentido também das preocupações que aqui vão sendo levantadas, e do projeto que vimos já, e que existe, do cruzamento da Avenida da Torre com a Rua Bartolomeu Dias e com a Rua de Pedrouços, o projeto da Câmara que, como vimos, pretende dar segurança rodoviária naquela zona, e que vimos já que também é uma preocupação dos fregueses, e só não é preocupação de quem lá não passa, e de quem não sabe o que se passa. E portanto, solicita-se mais uma vez à Câmara Municipal que proceda à requalificação daquele arruamento e que concretize o projeto que para ali existe já há tanto tempo, e que se espera que consiga evitar mais acidentes naquela via.

Finalmente, uma última moção sobre a questão, mais uma vez aqui pedida à Câmara Municipal, porque estão em causa as obras nas escolas primárias da freguesia. Como se sabe, foi, aliás, tema da última Assembleia de Freguesia, a Câmara manifestou intenção de realizar obras nas escolas primárias da Freguesia de Belém, a saber, Moinhos do Restelo, Bairro do Restelo e Caselas. Mas chegámos ao início do ano letivo, e existe um grande atraso na execução destas intervenções, que não foram iniciadas agora, ou nas férias, ou no início do ano escolar, não se sabe também quando vão ser iniciadas, não se sabe qual a calendarização que a Câmara agora tem para essas obras, e isso, obviamente, é fundamental, quer para a estabilidade dos alunos, quer para as famílias,

perceberem e saberem quando é que vão ser realizadas estas obras, até por causa do nível dos transtornos na realização, e são urgentes, para que se possa ter uma escola de qualidade e com as condições que devem ter. E portanto, o que se pede aqui, antes de mais, é que se pede à Câmara, através do Sr. Presidente, Dr. Fernando Medina, que comunique qual é o calendário exato da intervenção nas escolas acima referidas, e que não se atrase mais esse calendário, e que se dê concretização a essas intervenções.

São estas as quatro moções que temos para apresentar.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. As moções entretanto foram distribuídas. Sobre as moções, sobre as quatro moções, ou sobre outras matérias, abro agora a discussão; no final faremos uma votação destas moções. Teresa Almeida.

Teresa Almeida (PS): Boa noite à Mesa, colegas de Bancada, e ao público.

Sobre a questão das moções, era sobre essa situação exclusivamente que me queria pronunciar. Por um lado, gostava de dizer que lamento muito que o diálogo entre a Câmara e a Junta de Freguesia esteja neste momento a ser reduzido a moções e a manifestações da Assembleia de Freguesia, embora, como vão perceber, na maioria das situações concordo absolutamente que se vote favoravelmente. Mas, tenho pena, tenho pena, o próprio Presidente da Junta de Freguesia diz que o diálogo com o Presidente Fernando Medina é bom, e de facto, há aqui questões relevantes que estaria convicta que se resolveriam com diálogo. Parece que não, e portanto, justificará, com certeza, a necessidade de o fazer.

Quanto quer à requalificação dos arruamentos, quer às obras nas escolas primárias, quer a segurança rodoviária, obviamente, como moradora na freguesia, só posso concordar que ela tenha, da parte da Assembleia de Freguesia, uma expressão de solicitação, ou de pressão sobre a Câmara para que esta situação se resolva. Eu própria aqui levantei a questão das escolas, porque acompanho essa situação, e tenho uma neta a frequentar uma destas escolas, e gostava, na perspectiva de ir para a Escola do Restelo, e que acabou por não ir, e que a mãe esteve até à última semana à espera de saber – enfim, exatamente o que está aqui retratado. Portanto, era uma das questões que gostaria de saber, como é que o Sr. Presidente da Junta nos poderia elucidar sobre o que se tinha passado. E está aqui retratado, e portanto, obviamente que entendo como estando perfeitamente esclarecida, e também lamentar o que se passa nessa matéria.

Já quanto à moção sobre o Jardim da Praça do Império e os brasões florais, eu penso que é uma situação, enfim, que está a ser recorrente vir a esta Assembleia de Freguesia, é uma matéria que compete à Câmara. A Câmara, na altura, deu a explicação que entendeu conveniente, em sessão de Câmara, relativamente ao processo, comprometeu-se a lançar um concurso de ideias para receber as propostas para a intervenção, e tanto quanto sabemos, não houve uma única proposta nesse concurso de ideias que mantivesse os brasões florais, que nem sequer são originais, quando já se falou aqui da obra de Cottinelli Telmo, foi um arranjo posterior; enfim, portanto, não há aqui um desvirtuamento de uma obra

inicial, que no tempo aconteceu posteriormente, e que agora este Executivo entendeu que não tinha significado fazer a sua manutenção. Fez aquilo que prometeu: lançou o concurso público de ideias, recolheu as propostas e fez a sua análise, e efetivamente, nenhuma foi pela manutenção. Selecionou dentro daquilo que foi uma participação pública. Portanto, não achamos que faça sentido esta posição agora, e obviamente que, pelo menos da minha parte, não votarei favoravelmente esta moção.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Margarida Cabral.

Margarida Cabral (PSD): Em relação à questão do diálogo, só dizer – e o Sr. Presidente, com certeza, vai dizer como é que está a questão do diálogo – não interpreto estas moções como uma alternativa ao diálogo; interpreto como algo para além do diálogo. Ou seja, sendo questões importantes e de muita gravidade, duas delas, pelo menos, repetidamente à espera, que temos ouvido já há várias Assembleias de Freguesia que estamos à espera que a Câmara faça na segurança rodoviária, e na questão da reabilitação das ruas, e a questão das escolas também é grave. E portanto, faz sentido haver aqui uma formalização, e até porque se conseguirmos todos juntos votar isto, tem outro peso perante a Câmara, e pode ser que se consiga acelerar as coisas. E portanto, julgo que isto não é uma alternativa ao diálogo; é o diálogo e também isto.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Dou a palavra agora ao Presidente da Junta de Freguesia, que entretanto me tinha pedido, mas eu pedia para que isso fosse feito depois da votação das moções, que tinha pedido para fazer uma apresentação sobre questões associadas à mobilidade. Mas sugeria, para não estarmos a misturar as coisas, que falasse sobre as moções.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

De facto, não, pelo contrário, isto aqui mostra o diálogo, uma forma de pressão, isto é um caminho, que temos neste momento uma petição *online* que já está entregue na Assembleia Municipal, estamos a pedir que o Sr. Presidente Fernando Medina receba os peticionários – que sou um deles também – para tentarmos ver o que é que podemos fazer com isto. Já foi com a Arq.^a Cristina Castelo Branco, que fez o projeto para os devidos efeitos, para vermos como é que podíamos fazer isso. Estamos em diálogo permanente, temos várias pessoas a assinar a petição, nomeadamente muitas pessoas até do próprio Partido Socialista também, e algumas que até conhece. Portanto, isto tem sido muita gente, tem interessado a muita gente. E posso-lhe dizer também que o próprio Presidente da República mostrou, no outro dia, uma certa preocupação por isso, e falou comigo sobre essa matéria, sobre os brasões, e até querera ir visitar o Jardim da Praça do Império para ver *in loco* a situação do que se passa. E ainda há três dias, o Diretor Geral do Património Cultural, que me disse ??? está fora de causa ??? avançar. Falou-me mesmo assim, de uma forma muito franca: “Para mim, como Diretor Geral do Património Cultural, está fora de causa ???.” Portanto, já tenho respostas do Chefe de Gabinete do Sr. Ministro da Cultura e da Presidente da Comissão Nacional da Unesco, a dizer que está tudo encaminhado para a Direção Geral do Património Cultural, isto é, ninguém pediu o parecer

destas entidades até agora. Portanto, a Câmara não pode intervir no jardim sem ter prévio parecer destas entidades, nomeadamente a última decisão é do Património Cultural, aliás, cujo maior responsável diz que está fora de causa ??? os brasões. Enfim, tem muito respeito pelo nosso passado.

De maneira que se vir aqui, é aqui o que a Sra. Dra. Margarida Cabral estava a dizer, isto não é uma alternativa ao diálogo, muito pelo contrário, isto é um diálogo franco, no sentido positivo, com a Câmara, que nós pretendemos fazer. E há quem fale, por exemplo, se fossem muito caros os arranjos florais, por exemplo, fazer em pedra da calçada os próprios brasões, que já se podia alternar isto, e já se podia articular com o projeto da Arq.^a Cristina Castelo Branco, que dizia que por ela estava bem. Mas, nós preferimos, de facto, os arranjos das plantas, ali com os brasões como estavam, e estando disponíveis, como mantemos disponibilidade, para ser uma parte dessa solução. Mas para isso é preciso que confiem em nós e que nos deem essas atribuições para nós resolvermos isso. E realmente, gostávamos muito de ver, um jardim tão emblemático, ficasse sem uma componente tão importante – que, aliás, temos insistido, ??? a nossa ideia, que acho que é um pouco propositada, para que, realmente, ??? facto consumado, e dizermos que realmente já não vale a pena, que está tudo destruído. Mas nós somos persistentes, e vamos continuar a tentar que o bom senso impere, e vamos chegar aqui a um acordo com a própria Câmara sobre esta matéria, e com o Património Cultural, como é evidente.

Sobre isto, pedia aqui ao Dr. João Carvalhosa só para completar este esclarecimento.

João Carvalhosa (Vogal): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Exatamente como disse, e nós fomos surpreendidos uma semana antes do início do ano escolar, que as escolas afinal iam reabrir como estavam. Agora, nós costumamos fazer já uma limpeza anual na escola no período de férias, que não foi feita – ou melhor, teve que ser feita, tivemos que contratar três empresas para fazer, e fazerem aquilo no espaço de uma semana. Como as escolas iam para obras, as escolas não sofreram intervenções de grandes melhorias – do autoclismo, do vidro, da maçaneta, etc. – durante o verão, como é costume. E portanto, no espaço de uma semana, fomos surpreendidos, que afinal a escola não vai sair daqui. Portanto, tivemos que fazer as obras, fizemo-las, não tudo nessa semana, mas completamente desnecessário. E aqui, a questão que se põe, ainda há bocadinho o Sr. Presidente estava a dizer que não tem nada a ver com a falta de diálogo com o Sr. Presidente da Câmara, que é sempre muito cordial connosco, sempre muito simpático, é verdade, mas também pouco objetivo, e especialmente com os serviços, porque nós, hoje em dia, se perguntar a alguém dentro da Câmara e ao serviço de educação quando é que vão começar as obras, ninguém lhe sabe dizer. Ninguém. Agora, atiraram para o primeiro trimestre de 2017, mas nós sabemos – até porque foi público, veio num jornal, por acaso acho que era o Público, a dizer, por exemplo, que há uma escola que ainda está em projeto. Ora, qualquer um de nós sabe que se uma escola, numa intervenção daquela dimensão, está em projeto em setembro de 2016, não vai

estar nenhuma obra a iniciar-se no primeiro trimestre de 2017. Portanto, é muito esta lógica da não informação, e da completa ausência de algum contato.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito bem. Vamos passar, se não houver mais inscrições, à votação destas moções.

Quem vota a favor da moção “Jardins da Praça do Império – Brasões florais”? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovada com sete (7) votos a favor, quatro (4) contra, e uma (1) abstenção.

A moção “Requalificação de arruamentos pela Câmara Municipal de Lisboa”: Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovada por unanimidade.

A moção “Segurança rodoviária em Belém”: Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

E a moção “Obras nas escolas primárias da freguesia”: Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovada por unanimidade.

Dou a palavra, ainda neste período de antes da ordem do dia, ao Presidente da Junta de Freguesia, que há bocado pediu para fazer uma apresentação sobre questões associadas à mobilidade. Eu pedia para que fosse uma intervenção breve, visto que ainda estamos no segundo ponto da ordem do dia, e já são vinte e duas e trinta.

João Carvalhosa (Vogal): Vou tentar resumir ao máximo. Por que é que nós queremos apresentar? Porque achamos que este é um projeto de tal forma importante para a freguesia, porque vai intervir em muitos arruamentos da freguesia, que vai ser uma revolução em termos de circulação. Uma das razões que levaram a fazer isto – e como, aliás, disseram já na intervenção do público – é, de facto, a excessiva velocidade com que os veículos circulam na nossa freguesia. E aqui, todos nós temos culpa disso, e não há grandes soluções que não sejam a implementação de medidas de acalmia prática. Muitos de nós não acham grande piada a este tipo de medidas, porque são medidas a que não estamos muito habituados, são medidas que nos vão obrigar também a travar um bocadinho, ou a não acelerar, mas são medidas em que não há outra solução.

Não sei se conseguem ver bem nesta imagem. Portanto, estes pontos a azul, estas cores azuis – não sei se conseguem ver bem – estes pontos a azul são todas as zonas onde vai ser feita uma intervenção. Que tipo de intervenção é que vai haver? Vai haver sobrelevação de passadeiras, estreitamento de vias, reperfilamento de passeios, criação de refúgios – ou ilhas, como lhe queiram chamar – e ainda vai haver um semáforo de velocidade. Eu vou passar aqui alguns casos, que são mais de cinquenta passadeiras que estão em causa, e eu vou dar-vos aqui alguns exemplos de intervenções. Este caso aqui, por exemplo, é na Ilha da Madeira, aqui é a Caixa Geral de Depósitos, e a farmácia, cá em

cima, e o que vai ser feito aqui vai ser: este separador central já existe, vai ser prolongado, e vai ser criada aqui esta ilha / refúgio. O que é que isto vai fazer? Faltam aqui as linhas ainda de sinalização horizontal, e não estão nestes projetos, e isto vai fazer com que sempre que se desça, em toda a Avenida da Ilha da Madeira, no sentido descendente, quando se chegar a uma passadeira, só há uma via para passar; deixa de haver duas vias. Não está ainda aqui nos desenhos, mas também em todas as passadeiras deste projeto, nas laterais dos acessos às passadeiras vai ser colocado com pavimento tátil para os invisuais. Portanto, vai ser alterado o pavimento, não em calçada, nem em placas, ou matéria uniforme, e com o pitonado e as linhas de encaminhamento.

Neste caso aqui, que é a passadeira a seguir, abaixo do cruzamento – aqui, para quem conhece bem, é a mercearia do Sr. Alfredo – cá está, a criação de um refúgio, esta passadeira aqui é sobrelevada, e quem desce só tem uma via de passagem. A lógica das passadeiras sobrelevadas, são sempre colocadas no início e no fim dos arruamentos; há uma ou outra exceção, que é o caso da Ilha da Madeira. Pronto, continuando pela Ilha da Madeira abaixo, aqui é uma passadeira que vai sair daqui de cima, isto é o cruzamento com a Rodrigues Cabrilho, vai sair daqui a passadeira para passar para baixo. Isto tem a ver aqui com a questão da paragem de autocarro que está aqui; esta passadeira, no fundo, hoje em dia, está em perigo, porque o autocarro para aqui e tapa as pessoas que vêm a passar. E se repararem nos desenhos, existem estes reperfilamentos do passeio. O que é que isto vai fazer? Isto, no fundo, reduz os ângulos de viragem, o que faz com que os carros não virem, perdoem-me a expressão, “à maluca”, mas têm que fazer uma viragem mais acentuada.

???: E também existe algum processo de condicionamento dos automóveis em cima do passeio?

João Carvalhosa (Vogal): Sim, onde está isto aqui, são pilaretes. Sempre que estiver isto aqui de lado, são sempre pilaretes. Aqui na Capitão-Mor Pedro Teixeira, a mesma coisa, vamos descendo aqui a Luís Castanho, e chegamos cá abaixo ao cruzamento do EMFA, onde esta passadeira, então, será sobrelevada. O EMFA é aqui, o Estado Maior, e esta será sobrelevada.

Depois vamos descendo, continuamos a descer, isto é em frente ao Estádio do Belenenses, a mesma coisa, e vamos descendo até cá abaixo. Aqui já é aquela passadeira ao lado da Junta de Freguesia, que dá acesso à sacristia da igreja, onde também é sobrelevada.

Nós tivemos também como principal objetivo travar à volta das escolas, e daí, muitas das intervenções, principalmente as sobrelevações, são à volta das escolas também. Aqui temos o caso da Paula Vicente – a Paula Vicente é aqui, a entrada do portão da Paula Vicente é por aqui. Aqui vai ter só um sentido, uma via de passagem, e vai ter a passadeira sobrelevada, com o refúgio ao meio. Para compensar aqui alguma perda de lugares, vão ser criados aqui estes lugares de estacionamento.

Um bocadinho mais acima, aqui é a Tristão Vaz, outra vez o refúgio, aqui não é sobrelevado devido à inclinação deste troço da via, mas aqui de novo na Gonçalves Zarco é sobrelevada. Se repararem, este passeio atualmente é onde está esta linha amarela. O passeio vai descer até aqui e vai ser pintada no chão a sinalização para as viragens.

Aqui, esta é relevante, que é a entrada do Parque dos Moinhos, o Parque dos Moinhos é aqui em cima, a mesma coisa, aqui vai haver um reperfilamento de todo este passeio, e aqui um refúgio; não vai ser sobrelevada esta, porque está numa curva, e seria complicado.

Passamos agora para a Duarte Pacheco Pereira, e aqui vai ser feita uma técnica diferente: o que vai acontecer é que nós vamos sobrelevar todo o cruzamento da Duarte Pacheco Pereira com a S. Francisco Xavier, a Tristão da Cunha e a D. Cristóvão da Gama. Portanto, em vez de se fazer só a sobrelevação de uma passadeira, vão ser todas sobrelevadas, vai ser reperfilado também o passeio aqui. De forma a quê? De forma a que se legalize o estacionamento que já hoje em dia existe, porque se aplicarmos a Lei, os carros não podem estar estacionados na berma, pelo menos a cinco metros, ou dez metros da passadeira. E portanto, ao criarmos estes encabeçamentos – chamam-se encabeçamentos – o passeio abre por aqui, e estamos a legitimar a que os carros parem mais perto da passadeira; estamos a criar condições para que estacionem legalmente onde já estacionam hoje em dia. Portanto, os cruzamentos da Duarte Pacheco Pereira são isto. Aqui é na Fernão Mendes Pinto, que como sabem, é uma via que se atravessa. Isto é a entrada da Fernão Mendes Pinto, de quem vem da Avenida da Torre, pela Avenida da Índia, vai ter aqui uma espécie de um pórtico de entrada, para travar logo ali as pessoas. Posso dar só uma informação técnica: o que é vermelho é o novo; o que é amarelo é o que é demolido. É uma informação complementar ao público. Aqui será a passadeira à porta da USF, ??? vai ser sobrelevada esta passadeira, para proteger – hoje em dia, são muitos idosos que andam aqui. Aqui estamos a falar do cruzamento da Fernão Mendes Pinto com a Damião de Góis, lá ao fundo, onde existem inúmeros acidentes também. E aqui, o que vai ser utilizada vai ser também a sobrelevação total do cruzamento.

Passando para Caselas, aqui também falo da Rua da Igreja. A ideia, outra vez, é sobrelevar as entradas do bairro, porque quem entra também entra com grande velocidade, tanto de um lado, como do outro. Aqui é de quem vem da Avenida das Descobertas, da A5, entra-se por aqui, e vai ter aqui uma passadeira sobrelevada para travar logo à entrada do bairro. Aqui é a chegada ao Largo em frente à igreja, e depois, aqui à volta da Escola de Caselas, a sobrelevação de uma passadeira que já existe, e a criação desta passadeira, também ela sobrelevada, de quem desce pela Rua Sam Levy, quem vem das Torres, desce pela Rua Sam Levy, e aqui viraria para a escola; só pode virar já com a sobrelevação. Esta também será sobrelevada. Reparem mais uma vez aqui o reperfilamento do passeio, exatamente para criar mais um motivo de abrandamento. Esta passadeira em frente ao McDonald's vai ser também sobrelevada, e vamos criar aqui um parque para motas, que julgo que será o primeiro na freguesia. Esta é na Calçada do Galvão, aqui é a SMIL, aqui é a

General João de Almeida, esta vai ser sobrelevada, também reperfilando aqui todos os passeios. E pronto.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado por esta apresentação. Pergunto se alguém tem alguma intervenção ou alguma questão a formular sobre esta matéria?

Hélder Correia (CDS-PP): A minha pergunta prende-se apenas, primeiro, com qual é o cronograma expectável para estas obras; e segundo, porque isto está em coordenação com a Câmara Municipal de Lisboa, e portanto, os custos serão suportados pela Câmara Municipal de Lisboa ou pela Junta de Freguesia.

Presidente do Executivo: Há uma delegação de competências da Câmara na Junta de Freguesia, e portanto, os custos irão ser suportados pela Junta de Freguesia, através de uma delegação de competências que a Câmara fez com a Junta.

Pedro Rodrigues (PS): Ainda não estamos nesse ponto, por isso é que não falámos ainda. É o ponto imediatamente subsequente, da ratificação de aprovação dos contratos de delegação. Mas, só para dizer que isto é só uma informação que tem a ver com este processo da ratificação deste documento.

João Carvalhosa (Vogal): Respondendo à pergunta da calendarização: neste momento, os projetos – este trabalho que vos apresentei já foi feito por nós, a proposta toda – aliás, isto tem a base de uma proposta que nós apresentámos à Câmara já há dois anos e meio. Todo este trabalho já foi feito por nós, temos tido um apoio ótimo da Câmara neste aspeto, da Divisão de Tráfego e da OTOC. Neste momento, está em fase de aprovação deles destes desenhos, que são os passos finais – se eles aprovarem isto, só falta colocar depois as partes das acessibilidades dos passeios. E a nossa intenção é ter, até ao final do ano, todo este trabalho executado. É a intenção, que não está nas nossas mãos, mas presentemente estamos à espera da resposta da Câmara, para podermos avançar. E isto é, de facto, integralmente pago pelo protocolo.

Presidente do Executivo: Além do mais, também está aqui incluído um grande objetivo, que há anos que andamos a tentar resolver, e que vamos resolver agora, que é aquela passagem subterrânea em frente ao Padrão dos Descobrimentos. Finalmente vai avançar essa plataforma.

João Carvalhosa (Vogal): Peço desculpa, só mais uma informação: isso é outro protocolo.

???: E por que é que não se incluiu na delegação de competências a Avenida Torre de Belém?

João Carvalhosa (Vogal): Eu ia exatamente dizer duas situações: a primeira é a Avenida Torre de Belém, que nós, já há anos dizemos à Câmara que estamos dispostos a executar, e a execução não é diferente destas soluções, é uma

execução muito simples. Mas, a Câmara recusa-se, não sei por quê, a passar isso.

Uma segunda zona que não está, há aqui duas zonas que não estão: uma que nós vamos também fazer, que é a Praça de Goa – ainda não estava aqui na apresentação, a proteção da Escola do Bairro do Restelo – e há outra que não está, porque a Câmara diz que vai fazer também, que tem a ver com o cruzamento da Antão Gonçalves com a Avenida das Descobertas – no fundo, o cruzamento da Escola Secundária do Restelo. Nós tínhamos proposto à Câmara fazer, incluir neste pacote; a Câmara disse: “Não vale a pena, porque nós estamos a tratar disso”, da requalificação total daquele cruzamento. Mas não se faz ideia sequer de que proposta é que existe da Câmara.

Presidente do Executivo: Só para dizer uma coisa muito rápida: uma delegação de competências, é evidente que tem que ter sempre uma vontade de duas entidades; basta uma delas não querer, e não há delegação. Neste caso concreto, a Câmara não quer essa delegação nessas matérias, não há.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Tenho uma questão também para colocar relativamente à passagem para a zona ribeirinha para pessoas com mobilidade reduzida. Tenho ouvido frequentemente a queixa – ainda no outro dia um arrumador fazia referência a isso, que várias turistas dizem que é necessário ir até Algés para conseguir passar para o lado de lá, que é o único sítio onde existe uma rampa para poder ir para a zona ribeirinha. Está previsto algum tipo de intervenção também?

Presidente do Executivo: Sr. Presidente da Assembleia, está prevista a passagem subterrânea com uma plataforma, que nós vamos executar, por via desta delegação de competências, finalmente, junto ao Padrão dos Descobrimentos, e a outra, também vai ter aquela outra em frente ao Museu dos Coches – dentro em breve esperamos começar – e depois há de haver outra lá ao fundo, junto ????. Mas esta vai já começar a remediar, já temos em projeto essa solução.

Presidente da Mesa: Manuel Machado.

Manuel Machado (2.º Secretário): Queria fazer duas perguntas. A primeira é por quê pilaretes e não, por exemplo, canteiros? Eu digo isto aqui porque acho que a cidade de Lisboa está minada deles, e canteiros são uma opção igualmente eficaz, e muito mais bonita, se me permitem dizê-lo.

Depois, tinha ainda outra questão. A segunda é: na Rua do Careca, que falaram das passadeiras, os autocarros como é que passam, assumindo-se que há estacionamento dos dois lados? Já passam hoje em dia? Era só a única questão.

Presidente do Executivo: Vamos lá ver, pilaretes: os pilaretes são uma velha questão, antiga. ??? só há dois tipos de pilaretes que são colocados pela

Câmara, ninguém sabe por quê, e não vamos entrar em pormenores, porque é perigoso. De qualquer forma, de facto, se formos analisar ??? tipos de pilaretes. Portanto, aí, desculpem lá, mas temos pilaretes muito mais baratos, compramos ??? também como os outros. E não estão previstas, realmente, essas florzinhas, e esse tipo de situações. Não estou a dizer que é impossível, tudo é sempre possível. Agora, de facto, seria muito mais caro, mas num caso ou noutro, podia-se pôr. Mas, não está previsto. Posso-lhe dizer que uma vez tive uma proposta, nomeadamente da Carris, na altura, posso-lhe dizer isso, para pôr canteiros – e está mesmo na Câmara essa proposta – para pôr canteiros na Rua ???, e em troca, deitar abaixo as árvores todas na Rua de Pedrouços.

João Carvalhosa (Vogal): Sr. Presidente, só ainda a questão da Rua Duarte Pacheco Pereira: a opção na Duarte Pacheco Pereira é simples: ou acabava-se com um lado inteiro de estacionamento, ou mantinha-se as coisas como estão, legalizando-se – enfim, mais ou menos. E portanto, a opção foi manter o que está, porque senão todo um lado do estacionamento – aliás, não só ali, mas em todo o lado – ia deixar de ser possível. Hoje em dia, aquilo funciona – também é essa a percepção – aquilo funciona, quem frequenta já sabe como é que aquilo funciona, tem que esperar um bocado, o autocarro espera que o outro passe, mas a outra solução era pior. A Câmara achou – a Câmara, nós, e os arquitetos que fizeram os projetos – achou que era melhor não mexer no que está.

Presidente da Mesa: Muito bem. Penso que temos mais uma inscrição, mesmo para fechar este ponto.

Ana Coelho (PS): Boa noite. Boa noite à Bancada do PSD, do CDS e do PCP, boa noite ao Executivo, boa noite ao público.

Eu queria colocar duas questões. Uma tem a ver com o facto de – e eu participei até em várias discussões relativamente a isso – ??? muito trânsito, nomeadamente no Bairro de Caselas. E sempre ouvi, quer por parte da Câmara, quer por parte, na altura, da Junta de Freguesia, que não era possível, porque a Carris não permitia. A minha pergunta é se este assunto foi colocado à Carris, porque havia problemas com as passadeiras sobrelevadas, com a passagem dos autocarros. Essa é uma questão.

A outra questão que queria colocar – vou aproveitar agora, que tem a ver também com questões de trânsito – que é uma questão que já se falou aqui anteriormente, e que este ano se agravou bastante, que tem a ver com o facto de haver sistematicamente estacionamento em primeira faixa, segunda faixa, junto ao colégio que está no início da Avenida das Descobertas. Este ano agravou-se ainda mais. Por quê? Porque todos os dias à hora de ponta, sistematicamente, têm ali duas camionetas que trazem crianças para a escola, e ficam estacionadas na faixa de rodagem. Todos os dias isto acontece. Houve um dia em que eu passei por lá, e que realmente estava a polícia a insistir para que as pessoas não parassem, mas as coisas mantêm-se. Portanto, não sei se há alguma medida que também tenha tido esta situação em conta. Há dias em que na Avenida das Descobertas só há uma faixa de rodagem.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Para responder à Ana Coelho, Sr. Presidente da Junta.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Rapidamente, quanto à primeira questão, dos autocarros, posso-lhe confirmar, de facto, que há uns anos havia um lobby poderoso na Carris, que quase parecia que mandava em Lisboa. Hoje em dia, parece que já não é tão eficaz. E eu posso, e tenho essa prova evidente de quando foi a Rua da Junqueira, quando foram os elétricos, no sentido do Altinho até ao Museu dos Coches, o sarilho que foi, que teve que ser contra tudo e contra todos, na altura, para conseguir mudar aquilo, que a Carris tinha um lobby forte. Mas isso já foi ultrapassado, que neste momento quem manda em Lisboa são as autarquias. Portanto, com certeza ???.

Quanto à questão dali da escola, no outro dia recebemos a Associação de Pais – a minha colega, Dra. Helena Lencastre, estava no estrangeiro – mas posso-lhe dizer que há uma parte ??? porque um daqueles colégios tinha, no desenho original, uma entrada para o colégio lá por trás, e depois saía pelo outro lado. E para fazer mais ocupação lá dentro, fizeram obras, e acabou – os carros já não podem entrar, dar a volta lá por trás e sair pelo outro lado. Isto aconteceu ??? enfim, por alguém, o que é certo é que isso tem dificultado muito também aquela situação, e ainda por cima também os horários do S. José começaram a coincidir outra vez com os outros também, de maneira que aquilo agora conflui tudo na mesma altura, e estamos a ver se arranjam ali uma forma de tentar minimizar isso. Olhe, uma delas é que vamos arranjar agora, em breve, ??? à PSP de Belém.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Vamos passar ao terceiro ponto, Apreciação e aprovação da ata da sessão de 28 de junho de 2016. Dou a palavra a Pedro Rodrigues.

Pedro Rodrigues (PS): Muito boa noite, novamente.

Nós vamos referir mais uma vez que não tem a ver com os conteúdos, que os conteúdos refletem exatamente aquilo que foi a Assembleia anterior, mas tem a ver com a forma, porque, efetivamente, custa-nos ver uma proposta de ata sem cabeçalho, sem uma página de rosto, sem uma identificação, sem as presenças. Penso que, mais uma vez, não tem a ver com os conteúdos, mas tem a ver com a componente mais formal, que também parecia que houve uma altura em que estava já um pouco mais trabalhada nessa componente formal; nesta, pelo que estamos a ver, há um certo retrocesso, nomeadamente nos pontos de interrogação, que houve uma altura em que se acabaram com os pontos de interrogação. Um ponto de interrogação é um ponto de interrogação, mas os três pontos de interrogação, não sei se é por dúvida que surgem os três pontos de interrogação, penso que não; penso que, às vezes, é por um sentido ??? mais afirmativo, menos afirmativo, mais interrogativo. Mas, pronto, é um pouco nesse

sentido que eu alertava, para situações um bocadinho mais de aspeto formal, de formalidade da ata. Tudo o resto, em termos de conteúdos, não nos parece mal. Disse.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Eu vou dar a palavra ao Manuel Machado sobre esta matéria, mas julgo que quando aparecem estes três pontos de interrogação, é porque não se conseguiu perceber na gravação as expressões que foram utilizadas. São claramente hiatos na narrativa que é feita. Nós podemos substituir os pontos de interrogação por uma expressão entre parêntesis, “incompreensível”, ou “inaudível”, ou uma coisa desse género. Que fique registado que se trata de um hiato na comunicação, e não de uma forma interrogativa.

Manuel Machado, sobre esta matéria.

Manuel Machado (2.º Secretário): Quanto à forma, já na última Assembleia tínhamos aprovado um documento de ata que tinha sido igual a este ??? este documento desta Assembleia, foi falha de comunicação minha, porque tenho, realmente, um documento em que falta inserir esta transcrição, que corresponde à forma. Não sei como é que querem fazer quanto a isso, porque só tive possibilidade de o acabar recentemente, mas poderá ser adicionado a isto. O documento, a única coisa que adiciona são os tais cabeçalhos. Não muda os pontos de interrogação, porque aqui já tinha ficado entendido que são partes incompreensíveis na transcrição.

Presidente da Mesa: De qualquer maneira, penso que nada impede a sua votação hoje, no pressuposto daquilo que o Manuel Machado referiu, que vai ser colocado num formato mais adequado. Dou a palavra a Fernanda Paredes.

Fernanda Paredes (PS): Muito boa noite. Cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos colegas de Bancada e ao público.

De uma forma breve, só para reiterar a necessidade também de as atas estarem publicadas no *site*, para que haja um conhecimento de todos os fregueses dos trabalhos que aqui se desenvolvem.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Parece-me muito bem. Muito obrigado.

Ora, quem vota a favor desta ata? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovada, com duas (2) abstenções.

Passamos ao quarto ponto, Alteração à Tabela de Taxas e Preços. Pergunto se alguém quer fazer alguma intervenção sobre este ponto. Não sendo o caso, vamos votar. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovada, com os votos favoráveis do PSD, do Partido Socialista, do CDS, e com uma (1) abstenção, do PCP.

O quinto ponto, Ratificação de Aprovação de Contratos de Delegação de Competências com a Câmara Municipal de Lisboa – Piscina Municipal do Restelo e Obras diversas.

Eu presumo que esta matéria sim, terá várias intervenções, que eu gostava de registar de uma vez quais são as intervenções, para evitarmos um “ping-pong” sucessivo. Gostava de ter a noção de quais são as inscrições sobre este ponto. Pedro Rodrigues. Só para ter a noção de quem se vai inscrever mais.

Hélder Correia (CDS-PP): Sr. Presidente, eu não sei como é que prefere fazer a organização da reunião, se prefere que apresente a minha declaração de voto, e o meu entendimento face à matéria, ou num momento posterior. Deixo à sua consideração.

Presidente da Mesa: Se entender explicitar o seu ponto de vista desde já; senão, no momento da votação, pode fazer referência à declaração de voto.

Neste caso, dou já a palavra ao Pedro Rodrigues.

Pedro Rodrigues (PS): Muito boa noite, novamente.

Antes de mais, a primeira coisa que queria dizer é que registamos com muito agrado o bom entendimento que houve em grande parte dos pontos, nomeadamente na componente de acessibilidades, em que nós acabamos por ver já algum ????. Aliás, a nossa dúvida inicial é que não tínhamos aqui os anexos que estão referidos nestes protocolos, e portanto, tive dificuldade em ler – quer dizer, está descrito, mas é uma descrição sumária daquilo que eram, efetivamente, as intervenções. Não sei se é possível ainda ver, ou tentar mostrar na imagem que mostrou a alteração de sentidos que está aqui referida em alguns dos casos, nomeadamente referiu que iria haver não só as questões da redução de velocidade, mas alguma alteração também – e disse que iria revolucionar, nomeadamente a parte de alguma área habitacional. E era, então, perceber se existe, ou não, essa intervenção. Pelo que eu li aqui, sim, mas como não conseguimos ter aqui os anexos para poder ler, no fundo, essa alteração, penso que para o público em geral, e até mesmo para a Assembleia, seria interessante.

De qualquer das maneiras, o meu registo principal é ver que há vários pontos que eram já muito pedidos por esta Junta e por esta Assembleia, de alteração do reperfilamento, como também da criação de passadeiras sobrelevadas para reduzir velocidade, e registamos com agrado. Eu penso que, com certeza, a Câmara Municipal de Lisboa, ao ver estes trabalhos que estão a ser desenvolvidos pela Junta, e com a celeridade que a Junta nos diz que quer impor neste trabalho, com certeza que terá todo o interesse em promover também, nomeadamente em alguns pontos que a Junta de Freguesia, conjuntamente aqui com a Assembleia, considerar de pertinência, com certeza não vai fechar os olhos a isso.

Gostaria também de dizer que parte ainda dos trabalhos de acessibilidade, nomeadamente na Ilha da Madeira, com a pintura das passagens de peões, foi

feito, mas o Sr. Presidente da Junta dizia que, de facto, agora tinha uma máquina, que era uma máquina maravilha, que aquilo pintava que era uma maravilha, mas, de facto, ficou só pela Ilha da Madeira, porque as laterais, todas as outras, junto à escola primária, não têm, estão completamente sem qualquer tipo de pintura. Foi, efetivamente, só pintada a Ilha da Madeira, pelo que eu percebi – pelo menos na zona, nomeadamente, onde o Sr. Presidente costuma passar, com certeza, que vai com certeza também ao edifício onde está a Biblioteca da Junta de Freguesia. Se reparar, vê que não tem, não estão pintadas; só estão na Ilha da Madeira. De qualquer das maneiras, se vão ser feitas intervenções, penso que serão feitas também aí, e portanto, será com agrado que também vemos que toda esta zona habitacional, que tem um sentido também muito congestionado com a escolas, tanto com a Escola das Descobertas, como com a escola que pertence, de facto, ao município, e portanto, é importante que estivessem bem tratadas também ao nível da acessibilidade.

E era só. Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Não sei se há mais algum pedido de intervenção. Talvez da parte do CDS, Hélder Correia, possa desde já sinalizar a sua posição, e dado que a declaração de voto já foi distribuída, talvez neste momento seja oportuno.

Hélder Correia (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa noite a todos.

O motivo pelo qual a minha posição será votar contra esta ratificação não se prende com o facto de sermos contra a própria delegação, o CDS não é contra o princípio que subjaz a delegação de funções, eu também não sou, e até do ponto de vista do que é a ideia de Estado, do que é a ideia de organização constitucional, do que deve ser o Poder Local, e portanto ??? numa primeira análise. Importa também reforçar o impacto e a importância que a delegação de competências nos órgãos mais próximos das comunidades e dos lisboetas, no caso, as Juntas de Freguesia, e isso é salutar, não queria deixar de o dizer também. No entanto, o nosso voto contra prende-se com um problema, enfim, com uma omissão de resolução do problema por parte do Executivo Camarário, e que se prende com uma questão jurídica levantada, sobre um conflito de normas, dos Decretos-Lei que regulam esta matéria, as Leis que regulam esta matéria, e que se prende com uma interpretação que poderia ser facilmente resolvível através de um parecer que assegurasse a todos os lisboetas, aos membros e titulares de órgãos do Poder Local, e desde logo ao Presidente da Câmara e Presidentes de Junta, e que se prende com uma clarificação que se pretendia que a Câmara fizesse na relação destas duas normas, uma relação de generalidade vs. uma relação de especialidade.

Resumindo, havendo esta omissão voluntária da Câmara de pretender resolver o problema, quando várias vezes, tanto no âmbito da Vereação da Câmara, no âmbito da Assembleia Municipal, e também em toda a atuação do que é o Executivo Camarário, ??? fazer-se. E portanto, estas são as razões que poderão ser consultadas na minha declaração de voto, que está disponível – e julgo poder estar também disponível no *site* da Junta de Freguesia. E queria deixar também

que não obstante poderem ler com atenção a declaração de voto que vos deixo, de lhes expressar com estas breves palavras a razão de ser desta declaração.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Margarida Cabral.

Margarida Cabral (PSD): Queria só fazer duas perguntas. Em primeiro lugar, queria perguntar ao CDS qual seria a norma da Lei n.º 75/2013 que estaria em contradição com o art.º 14.º, n.º 4. E depois, queria perguntar ao Sr. Presidente da Junta sobre a importância desta matéria, que não esteja em causa a delegação de competências, que é de tal maneira importante, que não é isso que está em causa, se esta questão do prazo, se o prazo foi discutido com a autarquia, se não foi discutido, se se assegurou que eram dois anos, como é que isso foi entendido. Também me parece que é uma questão que se colocada, também resolverão, uma vez que ela não é clara. Não nos compete a nós tomar essa decisão, queria só saber se houve, ou não, conversas sobre esse assunto.

Presidente da Mesa: Dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia para poder responder a esta matéria de natureza jurídica.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Esta não é uma questão nada nova, isto é uma situação que tem estado a ser discutida, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, e não tem havido um entendimento entre o CDS-PP e as outras forças políticas, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal. Neste aspeto, pôs em causa, quer o Decreto-lei n.º 75, quer o Decreto-lei n.º 56 – o n.º 56 é da reforma administrativa de Lisboa, e o n.º 75 é a Lei Geral das Atribuições e Competências da Câmara. Neste caso, para nós, é muito importante a prossecução do interesse público, que é o facto... vamos lá ver: não estou a dizer que isto seja a preto e branco, mas, de facto, pesando os pratos da balança, nós não temos qualquer dúvida que a prossecução do interesse público e o benefício para as populações são superiores a todos os outros valores que nós entendemos preservar. E de facto, o nosso Agrupamento Político, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, e nas Assembleias de Freguesia, estamos a seguir um entendimento diferente do CDS-PP, com todo o respeito pela sua posição, como é evidente, todas as outras forças políticas têm uma opinião idêntica à nossa. E de facto, o que temos aqui é a Lei n.º 75, aliás, uma fundamentação que está aí no preâmbulo da proposta, nos considerandos, é a Lei n.º 75, estão aí várias disposições da Lei n.º 75 a frisar isso, para nos sentirmos confortáveis. Porque, vamos lá ver, isto é a Câmara pegar em dinheiro do seu Orçamento e a delegar na Junta, para a Junta executar estes trabalhos. Enfim, é uma delegação de competências, para executar estes trabalhos por conta dessa delegação de competências. Portanto, não estou aqui a ver nada que possa prejudicar o interesse público, pelo contrário, estamos aqui a preparar uma forma de executarmos obras, de uma forma mais célere e eficaz, com dinheiro público, mas que em vez de ser executado pela Câmara, vai ser executado pela Junta, única e simplesmente isso.

Portanto, acho que pondo os pratos na balança, nós achamos que, de facto, salvo melhor opinião, se devia contar com o vosso apoio, aliás, porque sem isso não poderíamos avançar com estas obras todas, ??? já falámos sobre a mobilidade, e não só, nos outros, da passagem subterrânea para o Padrão dos Descobrimentos, e tudo isso, porque já andamos há quase dois anos a negociar estas matérias com a Câmara, isto tem sido muito difícil para conseguirmos chegar a este momento, são centenas de milhares de euros. Eu acho que isto era muito importante, e acho que a freguesia beneficiará bastante com isso, e não vejo que haja prejuízo, claramente, para o interesse público, pelo contrário.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Hélder Correia, do CDS.

Hélder Correia (CDS-PP): Muito obrigado.

Eu só queria clarificar, evidentemente que não foi essa a intenção do Sr. Presidente da Junta, mas só queria clarificar que o CDS não é contrário, primeiro, à delegação de poderes e competências, desde logo, e segundo, à prossecução do interesse público. Isso aí, fique absolutamente claro. O que o CDS, com esta tomada de posição, está a tornar claro a toda a gente é que o Executivo Camarário poderia ter resolvido, clarificado a situação nos momentos próprios – aliás, como o Sr. Presidente de Junta acabou de o referir – e não o fez. Do meu ponto de vista, nada na declaração que faço agora, e na declaração de voto que vos entreguei, contende com o interesse público, esse interesse que todos nós, acredito eu, de boa fé, queremos obter.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Gostava só de pedir ao Presidente da Junta de Freguesia que pudesse explicitar um pouco melhor esta questão. Pelo que eu percebi das várias intervenções, e em especial da intervenção da Margarida Cabral, o que está em causa é a circunstância de numa norma se estabelecer que a delegação de competências não pode ultrapassar dois anos, e noutra norma se estabelecer que ela não pode ultrapassar um mandato da Câmara Municipal. Não pode ser inferior a dois anos, e portanto, não pode ultrapassar o mandato da Câmara Municipal. O que significa, portanto, que há aqui uma questão de prazos que gostávamos de ver esclarecida antes da votação. Estou certo de que esta matéria foi ponderada com a Câmara Municipal, do ponto de vista jurídico, antes da assinatura com a Junta de Freguesia. Mas, em qualquer caso, para salvaguardar a posição de todos os eleitos nesta Assembleia de Freguesia, gostava que pudesse ser clarificada esta matéria dos prazos, porque porventura não está aqui em causa nenhuma contradição, e ficaríamos todos muito mais descansados quanto a esta matéria.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Sr. Presidente, vamos lá ver: de facto, na Lei n.º 56, art.º 14.º, n.º 4, salvo erro, a Lei fala em dois anos, em regra, mas pode haver uma exceção; os dois anos são

a regra, e depois diz que é regra dentro do mandato, e nunca por período mínimo de dois anos. Ora, o objetivo disto, parece-nos, e salvo melhor opinião, que o Legislador quis preservar mandatos futuros, para não estarmos a onerar mandatos futuros. Aqui com base na Lei n.º 75, o que a Câmara quis fazer foi: obviamente que a Câmara quer fazer obras, nós também queremos, há um interesse mútuo, e fazemos uma delegação de competências, e a Câmara diz: “Tomem lá estas verbas, vocês conseguem fazer isto melhor e mais rapidamente. Então, tomem lá isso.” E nós estávamos interessados, dissemos que sim. Nós, mas não fomos só nós; quase todas as Juntas de Freguesia de Lisboa, várias, ou todas. Portanto, isto é generalizado a todas as Juntas de Freguesia. E de facto, nós vamos executar isto dentro deste mandato, não vamos passar isto para o mandato posterior. Vai ser durante este mandato que nós vamos executar isto. Agora, vamos lá ver, eu sou jurista também, o princípio da legalidade para nós é sagrado, mas também, repare, a prossecução do interesse público – e em todas as decisões que nós tomamos temos que ver a legalidade delas, mas também temos que ver uma situação e a outra, os benefícios e os prejuízos, e temos que verificar isto. E de facto, muito sinceramente, posso pensar que há aqui aquela questão dos dois... enfim, nós não somos as pessoas melhores, muitas vezes, a fazer diplomas – tem havido cá cada desastre que nos manietam e que nos trazem problemas. Aqui, de facto, é uma situação, mas eu acho que aquela situação, em regra, pode-nos ajudar a ultrapassar um pouco esta situação. Portanto, tirarmos qualquer situação que possa parecer perigosa, por mandato, porque, de facto, isto não vai demorar um mandato, isto vai-se resolver agora, neste mandato, e portanto, parte dessa questão estaria resolvida. E depois, como a prossecução do interesse público é realmente fundamental, eu acho que isso salvaguarda precisamente, como está a acontecer em Lisboa inteira esta situação, e a prova disso é que de uma forma geral, todas as forças políticas, com exceção do CDS, têm acatado este princípio, dando prevalência a esta posição.

Obrigado.

João Carvalhosa (Vogal): A pedido do Arq.º Pedro Rodrigues, ia só mostrar-vos o que é que está aqui. Os anexos, que diz muitas vezes que está nos anexos, mas em bom rigor eles não existem. O que é que está previsto nos protocolos? Um deles é a envolvente à Igreja de S. Francisco Xavier, que no fundo, o que nos vai competir a nós é fazer o arranjo deste espaço até aqui; o resto caberá à Câmara. Por isso é que eu estou a dizer que os anexos são uma coisa um bocado esquisita, até porque, se repararem – e o Pedro, com certeza, olhará para aqui e pensará que isto é ???, e nada do que está aqui neste desenho existe hoje em dia. Portanto, nós já alertámos a Câmara que isto não pode ser o desenho que a Câmara nos passa. Nós alertámos isto, e a Câmara enviou-nos um desenho feito à mão. Portanto, nós vamos adaptar o que está hoje, o que já existe hoje em dia neste terreno, que no fundo, é um passeio todo aqui à volta, existem depois aqui dois passeios assim e um assim, vamos fazer mais um assim, e este na zona central, porque para aqui, onde está este pontinho, virá a imagem de Nossa Senhora de África, que é a que está na Rua Gonçalves Zarco. Este é mais ou menos o projeto, enfim, só para terem uma ideia, porque, de facto, não vai ser nada disto. Já aqui no Miradouro de Caselas, sim, vai ser isto que está aqui, com uma exceção: é que no projeto está previsto que isto seja em cubos, e não vai

ser; vai ser como está agora, vai ficar como está agora, a única diferença é que vai haver um prolongamento do passeio, aqui nestas duas entradas, até porque isto acabou de ser tudo pavimentado, não fazia muito sentido, e a própria Câmara diz que não faz sentido nenhum. Vai ter aqui um equipamento, e tal.

Rua Alfredo Soares: portanto, o que está a vermelho é o que é para ser feito. Vão ser criados estes lugares de estacionamento aqui e aqui, e vai ser ordenado o estacionamento em toda a rua, coisa que hoje em dia, como sabem, também não é.

Por último, talvez a mais complicada e a mais polémica, a Rua Capitão-Mor Pedro Teixeira, aqui é a Escola 30, agora Escola do Restelo, aqui é Capitão-Mor Pedro Teixeira, que passará a ter um único sentido, o sentido Correios – Escola. Será aberto um troço para a Rua Rodrigo Reinel, que continua a ter dois sentidos, e será feito este parque de estacionamento, onde hoje em dia é um terreiro já usado para estacionamento, mas vai passar a ser um parque de estacionamento mesmo.

Portanto, basicamente é isto que se vai passar neste projeto.

Presidente da Mesa: Margarida Cabral.

Margarida Cabral (PSD): Em relação à questão do prazo, de facto, a lógica ??? menos clara, e é verdade que o interesse público prevalece, o interesse público dentro da legalidade. Agora, uma vez que uma norma não é clara, eu acho que há vários argumentos ??? trouxe aqui, de não haver qualquer risco jurídico ??? estes protocolos, como são para dois anos. Em primeiro lugar, há aqui um entendimento que pode ser, de facto, que o protocolo vai vigorar em dois anos – ou seja, em 2016 e 2017, embora não por tempo inteiro, e portanto, isso pode ser um argumento a favor de que vigora, de facto, pelos dois anos. Por outro lado, há aqui, de facto, uma discrepância entre esta norma especial e a Lei Geral, mas há aqui também, de facto, uma desigualdade entre o que é o Regime Geral das Delegações de Competências para todos os municípios e o que se passa nas freguesias de Lisboa, o que implica alguma interpretação no sentido de alguma coerência do sistema jurídico, e portanto, no sentido de se poder entender que esta norma, apesar da especialidade, não pode prevalecer.

Finalmente, estamos aqui a aprovar, ou o que poderia estar em causa aqui seria uma delegação de competências para um período inferior àquele que a Lei determina, nunca superior, e isso significa que a interpretar-se, ou virem os tribunais interpretar no sentido de que o prazo tinha que ser maior, era ser possível estender esta delegação de competências para além deste prazo. Mas uma vez que ela esteja toda executada até ao fim do mandato, o problema não se coloca. E portanto, verdadeiramente, parece-me que aqui na há grande risco jurídico, e portanto, não acompanho o CDS nessa questão e nesse ponto de vista.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Penso que estamos em condições de votar, e agradeço, obviamente, a informação jurídica que foi dada. Devo dizer, obviamente a título pessoal, que ??? questões jurídicas, o que seria adequado da parte do Executivo seria que este tipo de contrato de delegação de competências fosse projetado para um mandato, e não final do mandato, colocando o ónus sobre as Juntas de Freguesia quanto ao eventual não cumprimento de obras significativas que aqui estão. Por alguma razão o Legislador estabeleceu que, em regra, o contrato vigora para um mandato autárquico de quatro anos, e não se projeta para a parte final do mandato, na medida em que o ónus passou a ficar do lado da Junta de Freguesia, e não do lado da Câmara Municipal. Mas, essa é uma declaração que faço a título exclusivamente pessoal, e não altera o sentido de voto, que acompanharei também o voto favorável quanto a este contrato de delegação de competências.

Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi votado favoravelmente pelo PSD, PS, PCP, e com um (1) voto contra do CDS.

Passamos ao Ponto n.º 6, Ratificação das adendas aos protocolos relativos a CAF e AAAF. Pergunto se alguém tem intenção de intervir. Fernanda Paredes.

Fernanda Paredes (PS): Acima de tudo, só para pedir um esclarecimento sobre esta adenda ao protocolo ao Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Não está cá a Dra. Helena Lencastre, mas eu posso dizer-lhe que esta adenda é feita anualmente, isto depende do número de elementos que estão inscritos na CAF. Todos os anos tem que ser feito este acerto, porque depende do número de inscrições, e é por causa disso que é feita esta adenda. Mas, de qualquer forma, pedi para a Dra. Maria Cid estar aqui presente, se houver depois alguma questão mais particular sobre o Departamento de Educação, para ela pode responder. Mas, fundamentalmente é isso. Esta questão da CAF vem aqui à Assembleia fundamentalmente por causa do número de participantes que estão inscritos. Mas, se tem alguma coisa para explicar, então agradeço que esclareça melhor, se faz favor, aqui os Srs. Membros da Assembleia de Freguesia. Fundamentalmente é isto.

Maria Cid (Colaboradora da Junta de Freguesia): Boa noite a todos. O meu nome é Maria Cid, sou assessora da Dra. Helena Lencastre, na área da educação, e no pelouro da educação.

As alterações têm mais a ver com questões de funcionamento da CAF, ou seja, no art.º 4.º, por exemplo, tivemos que fazer aqui algumas alterações conforme a nossa experiência da CAF, de funcionamento.

Presidente do Executivo: Isso tem mais a ver com o Ponto n.º 10, do Regulamento.

Presidente da Mesa: Está esclarecido. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado, com um (1) voto contra, do PCP.

Ponto n.º 7, Ratificação do Protocolo com o Agrupamento de Escolas do Restelo (AEC). Pergunto quem quer intervir. Vamos passar à votação. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado, com um (1) voto contra, do PCP.

Ponto n.º 8, Alteração ao Mapa de Pessoal. Pergunto se alguém quer intervir. Não é o caso. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado, com um (1) voto contra, do PCP.

Ponto n.º 9, Regimento dos Clubes 2016/2017. Teresa Almeida, do Partido Socialista.

Teresa Almeida (PS): Não tem a ver com este ponto, mas com todos estes pontos – o Mapa de Pessoal já também poderia ser objeto desta minha intervenção. É que, até aqui, apesar de não vir com proposta formal da Junta de Freguesia, na convocatória diz que é para ratificação, que é para apreciação, enfim, até ao Ponto n.º 7 é dito o que é que estamos a fazer, ou o que é que nos está a ser proposto. A partir daqui, parece que é só para tomar conhecimento. Falta aqui uma proposta. E quando nós vemos os documentos que nos são distribuídos, nada nos é proposto. São documentos, e agora o Sr. Presidente está a pôr à votação.

Portanto, eu gostava que ficasse este reparo, não é para retirar, não é isso, mas gostaríamos que tudo isto tivesse uma formalidade, e que nós soubéssemos para que é que estamos a ser convocados. E portanto, não custa nada ter uma folha da Junta de Freguesia, ou o que for, ou no mínimo, como digo, no texto dizer-nos para o que é que estamos a ser solicitados. Portanto, queria que ficasse este reparo relativamente a todos os outros pontos, à exceção do último, da informação escrita.

Presidente da Mesa: Muito tem, acho que tem toda a razão. Pergunto se o Presidente da Junta de Freguesia quer esclarecer se em todos os casos se trata de aprovações.

Presidente do Executivo: Vamos lá ver, ??? nas Assembleias estamos sempre habituados, tudo o que é para aprovar, verbas, é o órgão deliberativo, nesse caso, que aprova, taxas, é nas Assembleias. Portanto, por mais que a Junta se reúna e que aprove, tem que ter sempre a ratificação, que é uma aprovação posterior sem a qual não tem eficácia legal a aprovação da Junta. Aqui, os protocolos têm que ser sempre ratificados pela Assembleia, senão não têm eficácia legal. E de facto, aqui está a ratificação. Agora, percebo que não está aqui... o regulamento dos clubes, isto foi tudo aprovado em Executivo, e agora trazemos à Assembleia – é aprovado pelo Executivo e depois trazemos à Assembleia para ratificar. A alteração ao Mapa de Pessoal, repare uma coisa, isto é uma proposta da Junta. O Mapa de Pessoal é para aprovação; se há uma alteração, tem que haver aprovação. Nós, nos protocolos, realmente, já tínhamos aprovado isso, e depois vem aqui para ratificar. Uma ratificação é uma aprovação posterior. Agora, o regulamento das CAF's e os regimentos, também foi lá analisado e aprovámos,

também em Executivo, e agora, se não for ratificado, fica sem efeito. Mas, de qualquer forma, é a Assembleia que aprova, e nós estamos aqui, neste caso concreto... Vamos lá ver: para ter eficácia legal, precisa, realmente, da aprovação da Assembleia. Mas, se quiserem, como isto são propostas, alteração ao Mapa de Pessoal, o Regimento dos Clubes, o regulamento, isto são tudo propostas da Junta para aprovação da Assembleia. Nas outras, realmente, é melhor ficar “ratificação”, porque já pode ter havido alguma coisa antes – exatamente, já havia protocolo anterior, são adendas, e portanto, já deviam estar a vigorar, para cobrir situações anteriores.

Presidente da Mesa: Eu sugiro o seguinte: vamos ver ponto por ponto, para que as coisas fiquem bem formalizadas. Vamos ver ponto por ponto, para que as coisas fiquem bem formalizadas e para que fique registado em ata.

Sobre o Ponto n.º 8, Alteração ao Mapa de Pessoal, trata-se da apreciação e aprovação. Ponto n.º 9, Regimento dos Clubes 2016/2017, presumo que seja a mesma coisa, apreciação e aprovação; ou neste caso é ratificação? Aprovação, muito bem. Então, o Ponto n.º 9 é também para apreciação e aprovação do Regimento dos Clubes. Regulamento das CAF/AAAF, Ponto n.º 10, trata-se de uma apreciação e aprovação. Acordo de colaboração com a Cáritas Diocesana, trata-se de uma ratificação. Protocolo de cooperação com a Clínica Veterinária ResteloVet, é uma ratificação.

Obviamente, quero – dado que a convocatória foi assinada por mim – dar explicações à Assembleia de Freguesia, e obviamente espero que numa próxima Assembleia de Freguesia a convocatória seja feita com toda a informação imprescindível do ponto de vista jurídico. Há uma formalidade mínima que tem que ser cumprida nestas matérias. Acho que não invalida a sua votação hoje, mas na próxima reunião será aperfeiçoada a forma de produção da convocatória.

Vamos, então, regressar à ordem de trabalhos. Ponto n.º 8, Alteração ao Mapa de Pessoal, já tinha sido votado.

Ponto n.º 9, Regimento dos Clubes 2016/2017. Não há inscrições. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado, com um (1) voto contra, do PCP.

Ponto n.º 10, Regulamento das CAF/AAAF, apreciação e aprovação. Não há inscrições. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovado, com um (1) voto contra, do PCP.

Ponto n.º 11, Acordo de colaboração com a Cáritas Diocesana. Trata-se da ratificação do acordo de colaboração com a Cáritas Diocesana. Fernanda Paredes.

Fernanda Paredes (PS): Boa noite.

Relativamente a este acordo de colaboração que é estabelecido entre a Cáritas, “Projeto Amigo” e a Junta de Freguesia, eu gostava de ter algum esclarecimento

sobre a verba que depois é recebida por parte da Junta de Freguesia – a título que me parece pela contrapartida de fazer a recolha do vestuário nos contentores – que a Junta irá receber trinta e cinco euros (35€) por tonelada de roupa recolhida, e que irá reverter para a Lavandaria Social. E tratando-se de um projeto de âmbito social, na área da ação social, efetivamente questionamos sobre esta necessidade, por parte da Cáritas, de haver este pagamento à Junta, embora em benefício da Lavandaria Social, mas se, de facto, a Junta carece desta retribuição por parte da Cáritas para a realização deste trabalho.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

É claro, senão não tínhamos feito esse acordo com a Cáritas. Fui eu que assinei esse acordo, por proposta da Cáritas, uma proposta que nos foi feita, não foi nada imposto por nós. Obviamente que isto tem efeitos multiplicadores, a Cáritas fez-nos essa proposta, e houve mais entidades a fazer, mais duas ou três, mas a Cáritas, para nós, é uma entidade muito mais idónea, e de facto, isto tem-nos ajudado até na própria Loja Solidária ??? permite receber roupa quando a loja está fechada, para não ficar na rua, que às vezes punham à porta. E de facto, tendo sido uma proposta que nos foi feita, e que é feita em todas as freguesias com as quais a Cáritas tem este tipo de procedimentos, nós achámos bem, porque nós temos confiança em nós próprios para utilizarmos estas verbas para multiplicarmos na ação social, em prol das populações. Portanto, não foi nada exigido.

João Carvalhosa (Vogal): Só para esclarecer, já havia um protocolo com a Cáritas aprovado aqui na Assembleia de Freguesia. Este é um novo protocolo, porque alterou, lá da parte da Cáritas, da entidade. Portanto, isto é um novo protocolo.

Devo dizer, em relação a essa questão do dinheiro, que a própria Cáritas propôs aumentar a verba deste protocolo, e nós dissemos, exatamente nesse espírito solidário, que nos sentíamos confortáveis com a verba que já estava anteriormente, e que achávamos que não valia a pena aumentar a verba neste protocolo.

Presidente da Mesa: Teresa Almeida.

Teresa Almeida (PS): Só por curiosidade, qual é o montante, de que receita estamos a falar? Já agora, gostava de ser informada.

João Carvalhosa (Vogal): Estamos a falar de uma receita trimestral à volta dos trezentos (300€), quatrocentos euros (400€). Não quero mentir, mas julgo que é à volta disso, cem euros (100€) por mês, sensivelmente, mais este benefício que temos, que é de poder usar os contentores, porque o contentor que está lá na Loja Solidária está a nosso uso, nós podemos ir lá buscar roupa para a Loja Solidária.

Presidente da Mesa: Fernanda Santos Paredes.

Fernanda Paredes (PS): Então, se me permite, Sr. Presidente, eu também usando da mesma persistência a que o Sr. Presidente aqui nos habitua, talvez deslocar algumas destas verbas para a iluminação de natal, que já vi pelo Boletim Municipal que este ano não vamos outra vez ter iluminação de natal, porque vai ser revertida para os Cabazes, ou Cartões Solidários. E portanto, queria registar novamente o nosso desagrado por chegarmos a esta época natalícia e não termos a nossa freguesia embelezada, uma freguesia que recebe tantos turistas, e também para agrado dos próprios fregueses.

Portanto, nesta área social – e isto para concluir – parece-me que há algum conforto orçamental, se assim se pode dizer, que podemos concluir que não se teria que retirar a iluminação de natal para estes apoios sociais, que são prestados na freguesia, e muito bem. Apenas vimos novamente reiterar e sensibilizar o Sr. Presidente para, este ano, no natal, podermos ter uma pequena iluminação alusiva à época que se vive.

Presidente do Executivo: Nós vamos pensar nisso, não pensámos ainda. Posso-lhe dizer que poderemos correr um risco, mas como a nós isso não nos importa, podemos correr o risco de nos chamarem eleitoralistas, porque as eleições estão a aproximar-se. “Agora vão pôr luzes de natal porque estão a chegar as eleições. Mas pronto, nós temos isso em devida conta, quando achamos que é correto ??? hoje, a atribuição de um carro à PSP, em primeira mão, um carro em condições ???”. É uma questão que temos que pensar, Executivo, com certeza que vamos pensar, vamos contar os nossos tostões, e ver, mesmo correndo o risco “aquela tem e aquela não tem”, mas vamos tentar fazer um esforço, e ver se este ano, porque também não é mesmo o ano – se fosse para o ano, só para o ano, era mal visto, era mesmo para as eleições. Era demais, era descaramento. Se for este ano, talvez ??? alegrar algumas pessoas, que andam todas muito tristes, e termos uma época natalícia mais bonita e mais iluminada. Vamos ponderar isso.

João Carvalhosa (Vogal): Só uma nota, para registar o interesse do PS em mudar verbas da área social para a área do turismo e do comércio. E a segunda nota, quando especialmente o Governo legisla cada vez mais a laicidade do Estado, depois sugerem celebrar-se uma celebração religiosa, católica, o que eu acho bem.

Teresa Almeida (PS): Eu queria acrescentar, as boas receitas que venham do comércio e do turismo, a todos beneficiam, e permitem voltar à ação social. É por isso que nós pugnamos.

Presidente da Mesa: Muito bem. Vamos votar a ratificação do acordo de colaboração com a Cáritas Diocesana. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Foi aprovada por unanimidade.

Ponto n.º 12, Ratificação do protocolo de cooperação com a Clínica Veterinária ResteloVet. Teresa Almeida.

Teresa Almeida (PS): Eu apenas queria perceber se isto é a título gratuito, uma vez que aqui não está qualquer verba associada, e sendo assim, por que é que há esta disponibilidade desta clínica para, de uma forma benévola, tratar dos animais que estão no jardim ao pé da Junta de Freguesia.

Presidente da Mesa: João Serrenho de Sousa, PCP.

João Sousa (PCP): Boa noite a todos.

Eu gostaria de perguntar se esta problemática não é da competência da Câmara Municipal, e sendo da Câmara Municipal, se a Junta de Freguesia participou à Câmara no sentido de resolver esta questão. Era isso que eu gostaria de perguntar.

Presidente da Mesa: Ana Coelho, do Partido Socialista.

Ana Coelho (PS): Também temos um pedido de esclarecimento relativamente ao protocolo, que refere-se a um jardim que existe no espaço da Junta, mas não explicita exatamente onde é que é o local.

Presidente da Mesa: Sr. Presidente da Junta de Freguesia, para responder.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Bem, mas aqui partimos já do princípio de que as pessoas sabem que existe um Espaço Ecológico há anos, junto da Junta de Freguesia, um Espaço Ecológico, como é conhecido. É um Espaço Ecológico, que é uma componente com animais, outra com uma pequena horta, outra com uma zona lúdica e um parque infantil, mesmo ao lado da Junta, lá em baixo. É uma zona ecológica ??? um espaço pedagógico ??? Está bem, mas nesse espaço lúdico e pedagógico, que é na Junta, temos lá vários animais, e temos voluntários a tratar deles. Não obstante, se nós ??? eles precisavam, às vezes ??? algumas doenças que os animais tinham. E como há uma entidade que se propôs ajudar-nos nisto, voluntariamente, sem cobrar nada – repare, isto é idêntico... Por exemplo, agora também fizemos um protocolo que há de vir aqui em breve, de uma farmácia que quer fazer um protocolo connosco, e vamos fazer, em que permite aos funcionários, e quem estiver recenseado em Belém, beneficiar de um desconto de cinco por cento (5%), por exemplo. Nós aceitámos, mas depois há de vir cá para ratificar, na próxima Assembleia. Mas, estamos abertos – já estamos a imaginar que vão haver mais farmácias a fazer o mesmo pedido, com certeza, e nós estamos abertos a todas.

Agora, neste caso concreto, realmente, estávamos com algumas ??? vou ser sincero, há poucos especialistas para animais, a não ser para cães e para gatos; tudo o que é o resto dos animais, mesmo assim os veterinários ???. Também podemos, em alguns casos, pedir à Câmara para nos ajudar nestas situações, mas vamos lá ver, este espaço é um jardim que é da Junta de Freguesia – aliás, uma das coisas que o meu antecessor ??? nós melhorámos agora, e está bastante melhorado. E temos, realmente, aquele espaço à disposição das

peçoas, para as peçoas, e para os miúdos, fundamentalmente, saberem o que é um animal, sem estarem a ver a galinha já depenada no supermercado, ou no prato, e verem o que é um animal, que é uma coisa que muita gente não sabe o que é, hoje em dia, quem vive nas cidades. Portanto, fundamentalmente é isso. Convido a irem ver, está com grandes condições, está bonito, está asseado, tratado por voluntários, e isto é mais um voluntário, que é uma clínica veterinária, que se prontificou para fazer este trabalho gratuito conosco, este tipo de voluntariado. E portanto, penso que é positivo, e assim ajuda aqui os outros voluntários ??? com a saúde dos animais ??? essa situação. E foi por isso que aceitámos assinar este protocolo.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Vamos passar à votação da ratificação do protocolo de cooperação com a Clínica Veterinária ResteloVet. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por maioria, com uma (1) abstenção, por parte da Ana Coelho, do Partido Socialista.

Foi distribuída a informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia. Não sei se sobre essa matéria há alguma questão. Eu também tenho uma questão, que já agora juntava a este leque de questões, se o Presidente da Junta de Freguesia nos poderia dar informações sobre os atos de vandalismo que ocorreram na Capelinha, e sobre os *grafitis* que foram feitos na Capelinha, e as intervenções que entretanto têm vindo a ser feitas pelo município e pela Junta de Freguesia.

Dou a palavra à Teresa Almeida.

Teresa Almeida (PS): Neste propósito de irmos tentando ajudar a que esta informação seja uma informação útil, que habilite a perceber o trabalho que é desenvolvido pela Junta de Freguesia, neste período trimestral, gostava de pedir ao Sr. Presidente que nos desse uma informação nestes temas que vai desenvolvendo, seja da organização dos serviços, espaço público, ambiente e higiene urbana, ação social, etc., quantificações. Eu dou um exemplo: por exemplo, ??? ação social na terceira idade, relativamente aos Cabazes Solidários, que são cartões, diz que contempla duzentas e quarenta famílias carenciadas. Depois descreve uma série de funções para as quais não temos qualquer indicação de qual é a missão e o âmbito da intervenção; quando diz que correspondendo à Loja Solidária, Balneário Social, gostaríamos de saber quais são as quantificações, ou o esforço que a Junta de Freguesia faz para suportar este tipo de atividades. Também nos passeios pedestres, diz que tem uma média – há situações em que nos refere qual é a frequência, qual é o esforço, qual é o âmbito, e há outras em que não nos refere. E aquilo que solicitava era se podia, no âmbito deste melhoramento que tem vindo a ser introduzido nesta informação, se nos podia informar.

Relativamente à questão do espaço público, ambiente e higiene urbana, já tenho outro tipo de preocupações. Houve, de facto, um grande esforço da Junta de Freguesia de intervir no espaço público e fazer melhoramentos em jardins, a rega automática, enfim, foi notório o esforço que foi feito. Penso que não está a ser

feito o devido acompanhamento na manutenção, e refiro, por exemplo, que a relva, ou os espaços relvados estão cuidados, mas depois, ao lado, vemos os passeios com ervas crescidiíssimas que de certa maneira descompõem o esforço que foi feito na parte relvada, na parte com ajardinamento, flores, etc. Portanto, há aqui um parcelamento na intervenção no espaço público que nos parece que devia ser mais equilibrado.

E também vai-se aproximar a época das chuvas, esperemos, e muitos dos sumidouros da rede pluvial estão com arbustos extraordinários; quer dizer, dentro do próprio sumidouro temos cinquenta, sessenta centímetros de arbusto que cresce lá dentro. Portanto, não vai exercer a função de ser sumidouro; é antes, pelo contrário, um elemento estanque, que não passa ali nada. Portanto, recomendaria, nessa componente, um esforço de verificação atempada, antes que comece a época das chuvas, para que nestes casos possa haver a desobstrução desses sumidouros, por que me parece que poderemos estar a incorrer em situações graves, e tem a ver, na minha opinião – que é leiga nesse aspeto – com algumas sementes, ou neste esforço de fazer a plantação de flores, etc., se não houve aqui uma invasão não controlada, porque me parece que é anómala, este ano, o que eu verifico nestas situações em concreto.

Depois, por último, na questão da evolução da receita e da despesa, vemos que a receita evoluiu muito significativamente, o que é bom, e que a evolução da despesa já não está a acompanhar essa situação, embora haja aqui uma referência, não muito explícita, mas que diz, enfim, que é uma gestão cautelosa, devido a transferências que não estão feitas, etc., mas temos, na página 25, um crescimento na aquisição de bens de capital muito significativo, cerca de cento e cinquenta por cento (150%) de variação relativamente ao anterior, e gostaríamos de saber por quê, em que é que se traduziu este grande investimento. Mas depois, quando fala no Quadro de Pessoal, apesar de ser uma boa notícia, que entraram sete pessoas para o Quadro, mas depois, quando vemos em detalhe, percebemos que elas já lá estavam – isto é a minha interpretação, é uma regularização, o que é positivo, mas quer dizer, não foi com certeza um aumento. Não sei se já estão satisfeitas as necessidades de pessoal, ou se apenas estão numa fase em que estão a regularizar contratos com pessoas que já prestam serviços.

Portanto, era este esclarecimento que solicitava.

Presidente da Mesa: Pedro Rodrigues.

Pedro Rodrigues (PS): Muito boa noite, novamente.

Eu gostava também de solicitar alguns esclarecimentos ao Presidente da Junta de Freguesia acerca da Praia Urbana, uma vez que a Praia Urbana, estando o verão já no final, já acabou, a época banhar também está no término, e portanto, gostaria de saber que tipo de expectativas é que a Junta tinha, e qual é o relatório que nos faz, e o balanço que faz sobre essa perspetiva. E mais do que isso, agora acabando a praia, qual é a fase imediatamente subsequente, que tínhamos

falado ??? da repavimentação dos Terreiro das Missas. E era sobre isso que eu gostaria de saber.

Presidente da Mesa: Obrigado. Manuel Machado.

Manuel Machado (2.º Secretário): Era só uma questão, primeiro por causa da intervenção escrita do Sr. Presidente, que fico muito contente por ter visto o sucesso na questão das passadeiras, que já na última Assembleia de Freguesia tinha falado que era essa a comunicação de um freguês. Hoje, o que também vinha perguntar sobre isto é o que é que tem estado a ser feito quanto às baratas na freguesia. Mais de um freguês me fez essa pergunta, e assumo que também a passear o meu cão tenho visto, este ano, um número maior de baratas nos nossos passeios. Isto, como não vinha aqui na informação escrita, era do âmbito da higiene urbana.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Dou a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia.

Teresa Almeida, vou tentar aqui responder sobre esta questão, sobre o Cartão Solidário (ex-Cabaz Solidário). Vamos lá ver, quantificações, fala-se em quantificações; quer melhores quantificações do que dizermos que beneficia duzentas e trinta famílias? Multiplique por quatro, e deve dar cerca de mil pessoas que beneficiam deste apoio que nós estamos a dar. E apoio durante o ano inteiro. Agora vamos iniciar – começámos agora, nos últimos dias – iniciar as entrevistas para os beneficiários do próximo ano. Não sei o que é que vai ser, depende, mas estamos neste momento a fazer esse trabalho, a receber as pessoas candidatas a esses apoios.

Teresa Almeida (PS): Eu peço desculpa, mas queria só esclarecer: aquilo que nós queremos saber é se tem duzentas e cinquenta inscrições e consegue responder a duzentas e trinta, ou se tem duzentas e trinta, e responde às duzentas e trinta, ou se no universo da freguesia pode corresponder a mil, mas só há capacidade... É isto, não é mais nada do que isto, é percebermos o contexto e a avaliação da Junta de Freguesia. Peço desculpa por fazer esta interrupção, mas é para precisar o tipo de dados que para nós são interessantes e que nos ajudam também a perceber ???.

Presidente do Executivo: Não, com certeza. Vamos lá ver, repare uma coisa: os nossos objetivos são, realmente, retirar as pessoas da miséria, dar-lhes uma folga. E de facto, achamos que uma das principais atribuições de uma Junta de Freguesia, que está no terreno, é poder ser algo que seja uma salvaguarda, um apoio para as pessoas que mais necessitam, e estão mais abandonados, e mais desprotegidos. E isto tem sido um instrumento bastante importante. Agora, de facto, quase todos os casos que nos têm solicitado – todos os casos mesmo, posso dizer que não fica ninguém de fora. Agora, obviamente, somos muito

critérios, e são dinheiros públicos, tentamos – e é nosso objetivo – não desperdiçar bens financeiros, porque isto é muito grave, são dinheiros públicos. Portanto, tentamos fazer uma concertação de posições com outras entidades, nomeadamente que prestam apoios idênticos – os Refood's, a Mesa de Nossa Senhora, com a própria Paróquia, com o Banco Alimentar Contra a Fome. Nestas entidades todas nós cruzamos elementos, e com base nisso, quando as pessoas já têm, por exemplo, alguns apoios na parte alimentar, só levam na parte da higiene, por exemplo. Isto já vai funcionando. Obviamente, há pessoas que refilam, às vezes podem ter razão, outras vezes podem não ter razão, mas tentamos ter critérios, para não haver injustiças. Agora, isto, quanto a esta parte...

João Carvalhosa (Vogal): Só uma coisa muito rápida. Não há ninguém na freguesia que não tenha uma resposta adequada. Ninguém. Nós temos que olhar para o conjunto, porque não somos só nós que fazemos isto, são as outras instituições também. Hoje em dia, na freguesia, e já há algum tempo, não existe nenhuma família carenciada que não tenha uma resposta alimentar; não há ninguém excluído, absolutamente ninguém, a não ser que nós ou as outras instituições não saibamos. Isso, posso-vos garantir que não existe.

Presidente do Executivo: E obviamente, ??? também o Refood de Belém, que é uma componente nossa também, mas com a sociedade civil a funcionar, e que tem sido muito importante para imensas famílias, e todos os dias funciona, com exceção do domingo.

Depois, falou-nos aí numa questão, que está muito contente com a boa execução dos jardins, mas diz que a manutenção não é a mesma coisa, porque diz que vê crescer ervas nos passeios. São coisas diferentes, porque as ervas nos passeios são com a higiene urbana; a outra componente é a de espaços verdes. E portanto, vamos lá ver uma coisa: é evidente que há quem diga que é sempre mais fácil fazer ??? duas situações: tivemos aqui um ano de défice de obras na parte dos espaços verdes, cá em cima, e portanto, agora vamos fazer um esforço muito grande na zona cá de cima da freguesia; e lá em baixo, mais a manutenção, porque já temos ??? lá em baixo. Agora, nesta fase, de facto, houve aqui uma situação que não foi só nossa, e falo agora como deputado municipal da Comissão do Ambiente, em que nós deixámos de usar os herbicidas, uma situação muito falada durante várias reuniões, porque disseram-nos, mostraram relatórios técnicos, que isso era nocivo para a saúde pública. E portanto, em caso de dúvida, mandámos suspender de imediato a aplicação de herbicidas, com todas as consequências daí advenientes, como estarem as ervas a crescer muito rapidamente pela Freguesia de Belém, e daí estar a falar nisso, e estamos todos de acordo com isso. Tivemos que pôr os homens rapidamente a fazer mais voltas, o que é difícil. Agora, neste momento, contratámos mais elementos, é um facto. Agora, neste momento, nesta altura, e já depois de trocarmos impressões com outras Juntas de Freguesia, que já têm equipas sobre esta matéria, estamos neste momento a estudar a hipótese ??? implementar agora um sistema com vinagre, mais uns componentes, que permite durante três, quatro meses, conseguir sustentar um pouco o crescimento das ervas, e que não cria qualquer problema para a saúde pública. Pode dar um bocadinho de cheiro, um bocadinho, mas é pouco, e depois desaparece. E não é tão caro, e de facto, não cria aquela

coisa de começar logo a crescer a erva outra vez. Três, quatro meses. São componentes diferentes. Mas, é uma coisa que realmente nos preocupa, porque nós andamos na rua, e realmente não há nada mais desagradável do que ver as ervas nos passeios a crescer. Espero qualquer dia conseguirmos suster isto.

Os sumidouros, é a mesma coisa. Agora, por acaso, temos isto planeado com os nossos homens da higiene urbana, periodicamente andarem a fazer isso, e mais, demos-lhes agora indicações para comecem a identificar as bombas de água que estão calcinadas – que há várias, na Avenida da Torre estava uma – ??? assinalar várias. Agora, nestas ??? que eles fazem, pedi-lhes que identificassem, para nós comunicarmos aos Bombeiros e à Proteção Civil Municipal, para arranjam esse tipo de equipamentos.

Depois, falou aqui nos Quadros de Pessoal. Em relação aos Quadros de Pessoal, essa é a nossa preocupação, e estamos, como vê, com mais, e a tentar fazer isso. Obviamente que nós tentamos dar estabilidade, o mais possível, às pessoas. Eu próprio sou visado em comunicados da CGTP Intersindical, que sou um malandro, que graças à nossa política – e eu, Presidente Fernando Rosa, como eles dizem, não consigo dar estabilidade às famílias, que ninguém consegue constituir família por minha causa, porque não lhes damos estabilidade. Ora, o que é certo é que nós temos que acelerar isso, algumas pessoas tiveram que ser admitidas com prestações de serviço, mas aqueles que realmente mostrarem que são bons executantes – e temos tido bons executantes – vamos tentando passar para o Quadro. Portanto, acho que é positivo, quem está na prestação de serviços poder ir passando para o Quadro. E neste momento, temos estado a fazer isso, e acho que é positivo.

O Belém Beach, e o que é que se passa: o Belém Beach foi uma realidade, é uma realidade ainda. Já teve tempos melhores, tempos piores. Houve ali uma situação complicada em alguns casos, resolveu-se. Posso-lhe dizer que estive lá em algumas situações que correram bastante bem, houve *sunsets* que foram feitos - houve uma vez em que cheguei lá às dez da noite, estava um ambiente bastante agradável, e estava com o *disc jockey* ??? a tocar, estava cheio de gente. E depois, posso-lhe dizer isso ??? e tal, e passado um bocado, lá para as dez da noite, já aquilo tinha acabado, os bens, tinham vendido tudo. Tinha vendido tudo. Eu até brinquei com eles: “Vocês dizem que não vendem nada, mas o que é certo é que já acabou”, e aquilo era para ser até às duas da manhã, que era uma sexta-feira. Portanto, está bem, houve ali algum amorismo naquelas pessoas, e nós estamos já a perder com isso ??? mais olhos que barriga, muitos deles, e havia alguns que iam ali com um objetivo: não pagar. ??? não foram a bem, foram a mal. Mas pronto, deixemos isso agora.

Agora, o que vai acontecer quando acabar o Belém Beach? ??? que não foi mau, arranjámos algumas verbas – não muitas, cerca de dez mil euros (10.000€) – que dá para ajudar qualquer coisa ???. Vamos agora, na sequência do que foi prometido, com a Câmara, cumprimos a nossa palavra, vamos agora pôr aquela zona completamente reabilitada. Vai ser uma grande empreitada, de cerca de cento e cinquenta mil euros (150.000€), nós vamos ter que gastar cerca de cem mil (100.000€), a Câmara só nos deu cinquenta mil (50.000€) para isso, mas

vamos pôr aquilo de maneira ??? cidade de Lisboa, ali uma zona grande, aberta, que pode servir para iniciativas diversas – obviamente respeitando as taxas respetivas, mas em que se possa fazer várias iniciativas naquela zona, junto à zona ribeirinha, e que esteja uma zona em condições. A partir de novembro iremos avançar nisso.

Depois, Manuel Machado, as passadeiras: as passadeiras, houve uma altura em que realmente estivemos parados. Fizemos um investimento numa máquina para fazer isso, temos que avançar rapidamente, na Rua de Pedrouços e na Bartolomeu Dias, têm que ser feitas várias vezes, porque aquele tipo de pavimento, já que não vai ser substituído, como o Sr. Presidente da Câmara tinha dito, e já não vai ser antes das eleições, ??? a não ser que ele seja sensível a esta nossa proposta, enfim, moção que há bocado aprovámos, vamos ter que fazer várias vezes, que naquele piso está sempre a gastar-se. Mas, realmente, há ali umas falhas nas passadeiras. Temos uns homens adstritos só a este trabalho, e isso, houve alguma dificuldade sempre – umas duas vezes estive para ser preso pela polícia, porque os homens estavam a pintar sem a presença policial. ??? e aquilo está tudo devidamente sinalizado, e eles estão a funcionar. A partir de uma certa altura, como tivemos que ???, porque os polícias estão todos destacados para a zona central de Lisboa pelo Sr. Presidente da Câmara – portanto, não há polícias neste momento – queriam que nós pagássemos à polícia ??? e nós dissemos que não, não pagamos à polícia, era só mais o que faltava. Temos que pagar coisas que nos interessam pagar, agora não estou para pagar à polícia para estar lá a olhar para o ar. De maneira que pedimos à Polícia de Belém, que é muito simpática, para destacar sempre um agente, que lá está no local, e em troca... com certeza, mas foi mesmo isso, ??? o apoio da Polícia de Belém, e vamos compensá-los com um carro, que realmente não estivemos a gastar dinheiro para o bolso do polícia, mas sim, vai servir para utilizar na comunidade em geral.

E quanto à desbaratização, temos pedido à Câmara para fazer algumas, e desratizações. Têm ido a várias zonas, uma delas, a última, foi na Rua Duarte Pacheco Pereira, por exemplo, que havia grandes problemas, queixas de pessoas com as baratas e os ratos naquela zona. Mas não só, aqui na zona ribeirinha, aqui na zona de Belém também. É evidente que isto é uma zona ??? aquilo quando a maré está cheia, arrasta tudo para cima, e atrai ratos, baratas e pombos.

Quanto à Capelinha, foi um ato de vandalismo inacreditável, não sei se viram as fotografias. Neste momento, já está tudo apagado, com exceção do que está... Neste momento, já está tudo apagado, a Junta de Freguesia apagou de imediato, quer os holofotes, quer as paredes brancas, quer os bancos, tudo isso foi limpo pela Junta de Freguesia de Belém. E quanto ao resto, que na pedra não podemos intervir, que era património cultural, e não podemos intervir nesse aspeto ??? com a Câmara ???. O património cultural ??? muita confiança da Câmara, nos materiais que eles utilizam para limpar as pedras. E agora, temos a informação de que, depois de amanhã, a Câmara vai lá demonstrar, ??? património cultural, com um tipo de equipamento que eles agora têm para ir limpar aquilo. Mas, portanto, só falta essa parte das pedras. Agora, não sabemos ??? a Câmara, estamos a

“picá-los” para não demorarem muito tempo, porque, realmente, só falta a parte deles. Mas, a informação que temos é que muito em breve eles vão atuar.

João Carvalhosa (Vogal): De facto, nós pressionámos para eles atuarem rápido, e houve uma empresa – aliás, se virem no *Facebook*, está lá – uma empresa que se ofereceu para fazer a limpeza das pedras. Nós sabemos que estas coisas são demoradas em termos de procedimentos internos. E perante alguma incapacidade para dar uma resposta rápida, a Câmara acedeu a avaliar a proposta desta empresa – gratuitamente – e eles vão testar, a ver se aquilo serve mesmo, para que esta empresa ????. Mas, quero realçar a disponibilidade da Direção Geral do Património Cultural, porque nós dissemos que nos oferecíamos para pintar, para cair (aquilo é caiado) a lateral, e eles disseram automaticamente, ao telefone: “Sim senhor, avancem, porque nós não temos meios para fazer isso rapidamente.” E a nós não nos custou nada comprar um bocado de cal, chegar lá e pintar, e ficou logo diferente.

Presidente do Executivo: E é tudo, Sr. Presidente.

Presidente da Mesa: A única coisa que eu acho é que isso não tem a ver com os procedimentos, mas com os próprios materiais, porque a Câmara, em termos técnicos, as alvenarias têm determinado tipo de traços a nível deste caiado. E portanto, é isso que eu acho que é informação que tem que passar, da parte do património, e depois, quem o fizer, fazer com o caderno de encargos que corresponde àquilo que são os procedimentos corretos para aquilo que é a alvenaria de pedra. ??? problemas, ou de desgaste excessivo, ou problemas futuros. Isso é que é importante.

Presidente do Executivo: O que eu lhes posso dizer, por exemplo, no outro dia detetámos lá um casamento clandestino, por exemplo. O que eu lhe estou a dizer é verdade, é verdade, estava lá um casamento instalado, com um *catering* fantástico, com mesas e cadeiras, como se fosse um casamento ????. Mas o que é isto? “Não sabíamos que era preciso”, e tal. ????. Mas pronto, isto é só à laia de brincadeira, ??? casamento foi lá realizado clandestinamente.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Está concluída a nossa ordem de trabalhos.